



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
SERVIÇO SOCIAL**

**GRAZIELE ALVES DE PAULA**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TRATO DA QUESTÃO DE GÊNERO: UM  
ESTUDO NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO\MG**

**MARIANA-MG  
2018**

**GRAZIELE ALVES DE PAULA**

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TRATO DA QUESTÃO DE GÊNERO: UM  
ESTUDO NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO\MG**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado a Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social. Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Orientador (a): Professora Ms. Jussara Lopes.

**Mariana-MG  
2018**

P324a Paula, Grazielle Alves de.  
A atuação do assistente social na política de assistência social no trato da questão de gênero [manuscrito]: um estudo no município de Ouro Branco/MG / Grazielle Alves de Paula. - 2018.

xcii, 91f.: il.: grafs.

Orientadora: Profª. MScª. Jussara de Cássia Soares Lopes.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Assistência social - Ouro Branco (MG) - Teses. 2. Gênero - Ouro Branco (MG) - Teses. 3. Assistente social - Ouro Branco (MG) - Teses. I. Lopes, Jussara de Cássia Soares. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

Catálogo: ficha@sisbircufop304.4(815.1)

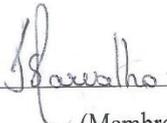
“A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL NO TRATO DA QUESTÃO DE GÊNERO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO  
DE OURO BRANCO/MG”

GRAZIELE ALVES DE PAULA

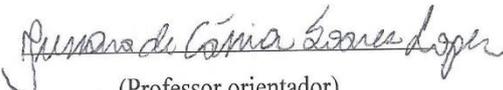
ORIENTADOR (A): JUSSARA DE CÁSSIA SOARES LOPES

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade  
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do  
título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 22/02/2018

  
\_\_\_\_\_  
(Membro da banca)

  
\_\_\_\_\_  
(Membro da banca)

  
\_\_\_\_\_  
(Professor orientador)

Dedico este trabalho primeiramente ao meu Deus que guiou os meus passos desde o início dessa longa jornada. Aos meus pais Marco e Denise, familiares e professores que ajudaram a construir esse Trabalho de Conclusão de Curso com muito orgulho.

*A Deus, a minha família, ao meu amor e meus queridos amigos!*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus que permitiu que tudo isto acontecesse ao longo da minha vida, não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos. Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP, seu corpo docente, direção e administração, que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, pela confiança e ética aqui presentes. Agradeço a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Jussara Lopes pelo suporte, pelas suas correções e incentivos. Agradeço a todos os meus professores ao longo dessa jornada pela paciência, vontade de ensinar aos seus alunos, conhecimento adquirido dia a dia, seus ensinamentos ficarão para sempre guardados. Agradeço a todos os meus amigos e colegas de classe, que estão presentes na minha vida e me apoiaram deste o início dessa longa jornada. Aos meus pais biológicos e aos meu pais de criação em especial ao meu pai José Gonçalves que veio a partir no final desta etapa, dedico a ele, pois sei que torcia pela minha vitória e mesmo não estando mais presente receberá esta dedicatória, agradeço a todos pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

## RESUMO

O presente trabalho vai abordar a questão de gênero dentro da política de assistência social, trazendo como análise o processo de formação do Serviço Social que é intrínseco a questão de gênero que, desde sua gênese, tinha suas ações voltadas a caridade e benevolência, executadas pelas primeiras damas, ao qual seguiam a doutrina da igreja. Apresentamos também o processo de transformação histórica da política de assistência social, e de sua efetivação como política pública de direito, que foi conquistada imbricada ao contínuo processo das lutas de classe. Sendo assim, iremos abordar a questão de gênero trazendo as determinações históricas, econômicas e sociais que levam o público majoritário recorrente a esta política constitui-se por mulheres, tanto quanto profissionais, quanto público usuário destas políticas. Para tanto, discutiremos a importância do trabalho profissional dentro dos espaços sócio ocupacionais em que se efetivam as políticas de assistência, em recorte a realidade vivenciada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e como o mesmo atua para a superação das vulnerabilidades e no fortalecimento das potencialidades e vínculos, na garantia dos direitos sociais. Por fim, atentamos para a importância de os profissionais atuarem de forma a buscar a garantia de direitos e pela luta da efetivação das políticas públicas para mulheres.

**Palavras-chave:** Política de Assistência Social. Gênero. Assistente social.

## ABSTRACT

The present work will address the issue of gender within the social assistance policy, bringing as an analysis the process of formation of Social Service that is intrinsic to the gender issue that, from its genesis, had its actions directed to charity and benevolence, carried out by the first ladies, to whom they followed the doctrine of the church. We also present the process of historical transformation of social assistance policy, and its effectiveness as a public policy of law, which was conquered imbricated to the continuous process of class struggles. Thus, we will address the issue of gender by bringing the historical, economic and social determinations that lead the recurrent major public to this policy is constituted by women, as well as professionals, as public user of these policies. In order to do so, we will discuss the importance of professional work within the socio-occupational spaces where the assistance policies are implemented, in order to reduce the reality experienced in the Reference Center for Social Assistance (CRAS), and how it works to overcome vulnerabilities and in the strengthening of potentialities and ties, in the guarantee of social rights. Finally, we consider the importance of the professionals to act in a way to seek the guarantee of rights and the struggle to implement public policies for women.

**Keywords:** Social Assistance Policy. Genre. Social worker.

## LISTA DE SIGLA

**CAPs**- Caixa de Aposentadorias e Pensões

**CEME** - Central de Medicamentos

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CRESS** - Conselho Regional de Serviço Social

**FGTS**- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

**IAPS**- Institutos de Aposentadorias e Pensões

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

**SCFV** - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

**PAIF**- Serviço de Proteção Integral a Família

**PNAS**- Política Nacional de Assistência Social

**PNPM**- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

**PSB** - Proteção Social Básica

**LBA**- Legião Brasileira de Assistência

**LOAS** - Lei orgânica de Assistência Social

**NOB**- Norma Operacional Básica

**ONG** - Organização Não Governamental

**SINPAS** - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

**INAMPS**- Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social Fundação

**INSS**- Instituto Nacional de Seguro Social

**FUNABEM** - Nacional do Bem-Estar do Menor



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Percentual geral de pessoas cadastradas no CRAS .....	<b>65</b>
<b>Gráfico 2</b> - Percentual de pessoas acolhidas no CRAS no período de 02/12/2017 à 30/01/2017 .....	<b>66</b>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1. CAPITALISMO E LINHA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	15
1.1 O fundamento sócio histórico do capitalismo: trabalho e sociabilidade ..	15
1.2 Capitalismo, Estado e Política social: Questão Social e Estratégias de Controle .....	18
1.3 Políticas Sociais e Assistência Social no Brasil: Constituição sócio histórica .....	26
CAPÍTULO 2. A MULHER DENTRO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM A QUESTÃO DE GÊNERO .....	43
2.1 A mulher na sociedade: relação de gênero e questão social .....	44
2.2 A assistência social no Brasil e questão de gênero: a intrínseca relação sócia histórica.....	50
2.3 O CRAS e a mulher em seu cenário: uma análise do CRAS de Ouro Branco.....	59
CAPÍTULO 3. A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTAMENTE COM A EQUIPE TÉCNICA DO CRAS DE OURO BRANCO.....	67
3.1 Procedimentos metodológicos.....	67
3.2 Apresentação dos dados: a atuação dos profissionais do CRAS .....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	84
ANEXO 1 – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....	88
ANEXO 2 – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....	89
ANEXO 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	91

## INTRODUÇÃO

No modelo contemporâneo de sociedade capitalista burguesa ao qual vivemos, sempre houve uma necessidade de se manter classes consideradas como classes minoritárias. As minorias sociais são as coletividades que sofrem discriminação, preconceito e injustiças sociais, que resultam em diversas formas de exclusões sociais e desigualdades; independente de se constituírem em maior número de determinada população. Esses grupos considerados minorias como negros, mulheres, homossexuais, indígenas, portadores de deficiências, entre outros, esses grupos são estigmatizados e inferiorizados, sofrendo um processo de discriminação excludentes efetuados por grupos dominantes.

Nas relações sociais, o sistema político econômico e cultural imprimiu uma relação de desigualdade social. Sendo assim, criou-se uma dependência e subordinação da mulher ao homem uma desigualdade que sempre foi naturalizada como imutável, utilizada para manter a opressão sobre as mulheres, como se a subordinação fosse única e exclusivamente inerente a mulher. Essas relações desiguais se manifestam de diversas formas e são sustentadas pela divisão sexual do trabalho, desigualdade do trabalho doméstico, pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e de decisão, pelo controle do corpo e da sexualidade, pelo preconceito e violência. Diante dessa realidade, o Estado assume a responsabilidade de implementar políticas públicas que visem a consolidação da cidadania e igualdade de gênero das mulheres com intuito de romper com a lógica injusta em que a mulher é posta dentro da sociedade.

A escolha do tema deste trabalho, deu-se a partir da experiência pelo qual pude adquirir no processo de inserção no campo de estágio no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ou seja pela vivência que o estágio me proporcionou firmando-se como forte base para o estudo da atuação do profissional na política de assistência social com a questão da mulher, o qual me despertou o interesse pela questão de gênero e a atuação do Serviço Social, já que os usuários (as) do CRAS em sua maioria são mulheres, negras, de baixa renda.

A atuação do(a) Assistente Social em consonância com o corpo técnico do CRAS, tem um papel importante no que diz respeito a garantia dos direitos das mulheres e do seu empoderamento dentro da sociedade, já que a historicidade das mulheres dentro da sociedade sempre foi de luta, devido a desigualdade enfrentada desde os primórdios da sociedade.

Durante o estágio no CRAS, observei a realidade profissional da Assistente Social juntamente com a equipe técnica do CRAS (Psicóloga, orientadora social, psicólogas), através dos atendimentos em visitas domiciliares, do acompanhamento com as famílias e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), que levou-me a pensar a respeito de algumas questões sobre trabalho desenvolvido pelo CRAS com as mulheres, tais como: a importância da reflexão crítica dos profissionais a respeito das demandas das usuárias que procuram a instituição, as intervenções profissionais focadas na imediatez desprovidas dos determinantes sociais, políticos e econômicos da realidade social vivenciada pelas usuárias e a necessidade de aperfeiçoamento e capacitação profissional de todos os seguimentos profissionais que constituem a rede de atendimento socioassistencial.

Nesta perspectiva, cabe aqui apresentar o desenvolvimento histórico da luta pelos direitos das mulheres e a importância do trabalho desenvolvido dentro do CRAS, com as mulheres referenciadas e acompanhadas pela Proteção Social Básica (PSB) da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), tendo em vista a garantia de direitos, o desenvolvimento de potencialidades e da emancipação das mulheres. Mostrar como o trabalho profissional influencia no trato da questão de gênero, da importância do conhecimento das políticas públicas de gênero e da luta para a consolidação e efetivação das mesmas.

Iremos discutir acerca da importância da Política de Assistência Social no Brasil, no recorte da Proteção Social Básica sobre a questão da mulher, refletindo sobre a ação profissional do Assistente Social no enfrentamento da questão de gênero, dos limites e possibilidades da ação profissional, compreendendo a necessidade de trabalhar os determinantes históricos sociais, econômicos e políticos que envolvem a mulher dentro da sociedade.

Destarte, mostraremos a realidade social dentro do modelo capitalista em que no decorrer de seu desenvolvimento delimitou o papel da mulher na sociedade colocando-a numa esfera de dependência e subordinação.

O trabalho dentro das instituições nos espaços sócio ocupacionais dos (as) Assistentes Sociais é de grande relevância para se tratar a questão de gênero, as instituições sócias ocupacionais é o lugar em que através da sua ação profissional os (as) Assistentes Sociais podem atuar de forma estratégica no trato da autonomia, igualdade no mundo do trabalho, cidadania, educação inclusiva, enfrentamento a violência e direitos das mulheres. Sendo assim o que se pretende aqui é:

- Trazer o debate sobre a Política de Assistência Social com recorte na Instituição de Proteção Social Básica, especificamente no Centro de Referência de Assistência Social.
- Promover o estudo da atuação profissional da Assistente Social dentro do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, tendo como modelo o CRAS do município de Ouro Branco.
- Destacar a importância do conhecimento profissional das políticas públicas de gênero.
- Identificar as possibilidades e empasses colocados o (a) assistente social para tratar a questão de gênero e trabalho pela igualdade e pela garantia de direitos.
- Descrever os caminhos e as possibilidades seguidos pelo (a) assistente social para realizar seu trabalho de acordo com o Projeto Ético Político.

Com isto, este presente trabalho apresentará o processo de formação capitalista e a formação das políticas públicas através de seu fundamento sócio histórico, destacando os principais aspectos que configuram o processo de consolidação do capital para a compreensão do surgimento das políticas públicas como políticas de direito conquistadas através das lutas da classe trabalhadora para o enfrentamento da questão social, trazendo a intervenção do Estado como respostas a essas demandas.

Discutiremos a particularidade brasileira e seu processo tardio de adesão ao capitalismo enquanto país dependente e periférico, para compreendermos o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil ao decorrer dos anos, faremos uma retrospectiva da trajetória da implementação do sistema de proteção social no país, denotando os principais instrumentos legais que delimitam as ações socioassistenciais, bem como corrobora com a difícil ruptura com os traços da cultura assistencialista, de culpabilização do indivíduo e moralização das refrações da questão social.

Dentro desta particularidade, entender este processo é fundamental para chegarmos a discussão alvo do nosso tema, que é o processo de formação das políticas públicas até a consolidação da Política de Assistência Social como política de direito articulado com o debate acerca da questão de gênero.

Apresentaremos a histórica relação da Política de Assistência Social e do Serviço Social com a questão de gênero, em recorte na particularidade brasileira, demarcando o papel histórico da mulher na sociedade, tornando-se de fundamental importância a compreensão destas particularidades para entendermos o debate aqui proposto.

## **CAPÍTULO 1. CAPITALISMO E LINHA HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O presente capítulo trata de uma reflexão sobre o sistema ao qual estamos inseridos trazendo o reflexo do movimento do capital na sociedade capitalista, destacando os principais aspectos que configuram o movimento do capital como o trabalho, a mercadoria, a exploração, a mais-valia, a acumulação capitalista, o ser social, a questão social, o pauperismo e suas implicações na vida dos indivíduos sociais.

Buscaremos através deste, a compreensão dos elementos que configuram e direcionam o movimento da sociedade burguesa através desse movimento de compreensão trazer o surgimento das políticas sociais fruto das reivindicações e transformações que ocorreram nessa ordem societária, chegando assim na construção e consolidação das políticas sociais que contemos hoje, para entrarmos no debate acerca da política de assistência social e a configuração da questão de gênero no âmbito do Serviço Social dentro desta política pública.

### **1.1 O fundamento sócio histórico do capitalismo: trabalho e sociabilidade**

O processo de produção é fundamental, a produção das condições materiais é a centralidade que permite que se mantenha a produção e reprodução da vida social. Esse processo histórico varia de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas.

O trabalho está na base da atividade econômica, criando os valores que constituem as riquezas sociais, mas o trabalho está para além da compreensão da atividade econômica, refere-se ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade, necessário para compreensão do próprio fenômeno humano-social. Sendo assim, “toda a sociedade torna-se o lugar da reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO,2008, p. 50). Em outras palavras:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de

produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, política e espiritual, não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas o contrário, é o ser que determina a sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes. (MARX,1982 apud NETTO; BRAZ,2009, p.62).

Para chegarmos ao entendimento dessa forma de sociabilidade e os desafios atuais postos ao trabalhador, é necessário a compreensão da constituição do homem enquanto ser social, e as suas modificações através da atividade ao qual chamamos de trabalho.

[...] O trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que o pode ser caracterizada como o metabolismo entre a sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando seus sujeitos e sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza, transforma também o sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos-numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social. (NETTO; BRAZ,2009, p. 34).

Essa racionalidade para o trabalho é exclusiva do homem, que o diferencia das demais espécie animais, só por ele praticada. Para Netto e Braz (2009, p.43), “o desenvolvimento do ser social implica o surgimento de uma racionalidade, de uma sensibilidade e de uma atividade que, sobre a base necessária do trabalho, criam objetivações próprias”.

A realização do trabalho é uma prática exclusiva do homem, onde o mesmo seleciona e utiliza instrumentos para um determinado fim, para produzir valor de uso<sup>1</sup>. O trabalho vai se descrever por uma relação mediada entre o sujeito e o seu objeto e entre os dois há sempre um meio de trabalho, ou seja, um instrumento que media a relação entre ambos. Cabe ressaltar, que essa atividade parte de uma finalidade que é idealmente antecipada, o trabalho é uma atividade projetada, teologicamente direcionada. [...] “O trabalho não é apenas o processo histórico pela qual surgiu o ser

---

<sup>1</sup> para NETTO E BRAZ (2012) [...] a mercadoria é um objeto externo ao homem [...] a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades, faz dela um valor de uso.

desses homens, o ser social. Em poucas palavras, estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 46).

O trabalho vai para além da transformação da natureza, mas transforma o sujeito. É através do trabalho que um novo ser vai emergir, distinto do ser natural, o trabalho transforma também o sujeito e é através deste que vai surgir o ser social racional.

O homem através de suas ações cria bens que possuem valores de uso, esses bens têm como finalidade satisfazer uma determinada necessidade, porém, com o desenvolver da sociedade capitalista o consumo mostra que um bem utilizado para satisfazer certas necessidades humanas é direcionado a novos processos produtivos o modo de produção capitalista passa a regular as necessidades humanas.

Marx (1983, p. 45) vai dizer que “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar”. Dessa forma, vemos aqui que a mercadoria é o ponto crucial é o elemento principal das relações capitalistas, o acúmulo de mercadorias constitui-se riqueza, essa experiência através da mercadoria se torna em nosso cotidiano algo naturalizado. Para nós, comprar e vender torna-se algo comum, uma experiência natural do nosso cotidiano, eis aí “a relação mais simples, corriqueira, fundamental, maciça e comum, com que nos deparamos mil e uma vezes” (LÊNIN apud NIKITIN, s.d., p. 32). Tornando-se na reiteração da nossa experiência diária algo aparentemente natural.

O modo de produção capitalista tem como forma básica a mercadoria, corroborando, Barroco (2010, p.157) “o modo de produção capitalista é fundado em uma sociabilidade regida pela mercadoria, ou seja, em uma lógica mercantil produtora de comportamentos coisificados, expressos na valorização da posse material”.

É nessa lógica que vamos encontrar a exploração do trabalho dentro desse modelo de produção, ou seja, para que haja a produção de mercadorias é absolutamente necessárias duas condições, a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção [...] “a produção de mercadorias tem

como condições indispensáveis a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção sem ambas não se produzem bens, valores de uso, mas não há produção mercantil” (NETTO E BRAZ, 2012, p.93).

O modo de produção capitalista se sustenta através da exploração do trabalho, a força de trabalho é considerada mercadoria, é necessário que essa mercadoria esteja em boas condições, adequadas para ser apropriada pelo detentor dos meios de produção, e a mesma é substituída a medida do seu desgaste, como qualquer outro componente no processo de produção. Essa exploração mediante a apropriação da mais-valia<sup>2</sup> é a fonte de onde se acumula a riqueza da burguesia e ao mesmo tempo a decadência do explorado trabalhador.

A exploração no modo de produção capitalista se torna a fonte de riqueza do mesmo, pela qual a mais-valia vai gerar os superlucros, em contrapartida a classe detentora da força de trabalho vai se encontrar a mercê dos possuidores dos meios de produção. Com a aglutinação de riqueza de um lado e pobreza do outro, a classe trabalhadora começa a reivindicar e se enxergar enquanto classe, com isto iremos discutir no próximo ponto a questão social e as respostas do Estado no enfrentamento das desigualdades enquanto estratégias de controle.

## **1.2 Capitalismo, Estado e política social: questão social e estratégias de controle**

Essa seção irá tratar da concepção da questão social e das políticas sociais enquanto respostas as manifestações da desigualdade, pobreza e pauperismo frutos do processo de acumulação do capital, que de um lado produz riqueza e do outro miséria. Não podemos aqui dizer com precisão o período específico em que surgiu as primeiras iniciativas reconhecíveis como políticas sociais, pois elas nascem das lutas de classe, advindas da confluência dos movimentos de avanço do capitalismo com a Revolução Industrial e do desenvolvimento da intervenção do Estado.

---

<sup>2</sup> para NETTO E BRAZ (2012) a relação entre trabalho necessário e trabalho excedente fornece a magnitude da taxa de mais-valia que é, decorrentemente, a taxa de exploração do trabalho pelo capital.

O capitalismo se instaurou no século XVIII, a Inglaterra viveu na segunda metade deste século um processo de desenvolvimento intenso, com as máquinas a vapor, as manufaturas se transformando em indústrias modernas, a produção em larga escala estava em seu auge, segundo Bravo (2013, p. 31) “as inovações, concernentes à metalurgia-fundição a carvão e à máquina a vapor, determinaram o aparecimento da “maquinofatura” em substituição à manufatura, permitindo a multiplicação da produtividade do trabalho humano e o aprofundamento da sua conseqüente alienação”.

Com isso, cada vez mais se acentuava a divisão da sociedade em dois polos de um lado os grandes capitalistas e de outro a massa de proletariados, mediados por uma massa de pequenos comerciantes e artesãos, segmentado flutuante e oscilante da população.

O desenvolvimento capitalista não possibilita que a riqueza produzida pelos trabalhadores seja distribuída, mas cria assim a acumulação do capital de um lado e do outro na mesma medida a miséria trazendo crescimento de um lado e pauperização para a classe trabalhadora de outro. Deste modo,

O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”, esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica do capital tornando potência social dominante. (NETTO, 2009, p. 157).

Esse movimento cria assim duas classes fundamentais e antagônicas, demarcando a desigualdade, esse desenvolvimento capitalista vai produzir a chamada questão social, categoria que expressa a contradição fundamental do modo de produção capitalista. Veja,

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo. (NETTO, 2001, p. 42).

A questão social se manifesta através dessa contradição, ela é indissociável ao modo de produção capitalista, onde se tem a apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

A questão social diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a mediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Não estamos falando aqui somente do processo de produção, mas sobre a produção e reprodução de indivíduos e relações sociais, sujeitos dotados de subjetividade. Observe,

Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o trabalho é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo se refere sobretudo à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política e a luta de classe são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social. Sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também de trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, de identidade, de costumes e vida. (BOCHETTI, 2010, p. 53).

Com a rápida ascensão do capitalismo na Europa Ocidental e a elevada acumulação, o exorbitante crescimento da riqueza social por parte dos capitalistas contrapõe-se a miserabilidade em que a classe trabalhadora se encontrava, ou seja, a classe trabalhadora estava posta a uma grande pobreza.

A partir da Revolução industrial no século XVIII, momento em que se instaura a pujança da produção especificamente capitalista, o mesmo coloca o pauperismo como algo intrínseco aos trabalhadores. Como se observa,

Na segunda metade do século XVIII, o capitalismo ingressa num novo estágio evolutivo. Essa passagem a outro nível vincula-se diretamente a mudanças políticas (está a completar-se a Revolução Burguesa, com a tomada do poder de Estado) e técnicas (vai irromper a Revolução Industrial), nesse estágio o capital, dará curso ao processo que culminará na subsunção real do trabalho. Configura-se esse segundo estágio do capitalismo, o capitalismo concorrencial. Nesse decurso o capitalismo vai se consolidar nos principais países da Europa Ocidental nos quais erradicará ou subordinará à sua dinâmica as relações econômicas e sociais pré-capitalistas, e revelará as suas principais características estruturais. (NETTO; BRAZ, 2009, p. 171).

No século XIX houve uma onda revolucionária na Europa, uma reação por parte dos trabalhadores, a classe detentora da força de trabalho reagia a grande exploração fundamentada na exploração da mais-valia. Observe,

Naquele momento – a segunda metade do século XIX – a força de trabalho reagirá a exploração extenuante, fundada na mais-valia absoluta, com a extensão do tempo de trabalho, e também com a exploração de crianças e mulheres e idosos. A luta de classes irrompe contundente em todas as suas formas, expondo a questão social: a luta dos trabalhadores com greves e manifestações em torno na jornada de trabalho e também o valor da força de trabalho[...]. (BOCHETTI; BEHRING,2010, p. 54).

Os trabalhadores reivindicavam em torno da jornada de trabalho e do valor da sua força de trabalho, expondo a questão social, em prol da manutenção das suas necessidades básicas. E não menos se defrontaram com a repressão direta do Estado, garantindo as estratégias burguesas. “Portanto, com o monopólio da força, em meio a e embebecido da luta de classes, atua o Estado, sob a direção do capital, mas com relativa autonomia, ainda que nesse período está fosse muito reduzida”. (BOCHETTI; BEHRING,2010, p. 55).

O Estado reprimia os trabalhadores e começava a regular as relações de produção, o mesmo começara a emitir respostas as manifestações em torno das primeiras expressões da questão social, que naquele momento já se manifestava em suas várias determinações. Veja,

O Estado, então, reprimia duramente os trabalhadores, de um lado, e iniciava a regulamentação das relações de produção, por meio da legislação fabril, de outro. A luta em torno da jornada de trabalho e as respostas das classes e do Estado são, portanto, as primeiras expressões contundentes da questão social, já repleta naquele momento de ricas e múltiplas determinações. Há o movimento dos sujeitos políticos – as classes sociais. Tem-se o ambiente cultural do liberalismo e a ênfase no mercado como via de acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, cuja possibilidade de inserção estaria relacionada ao mérito individual. (BOCHETTI; BEHRING,2010, p. 55).

A intervenção do Estado na garantia de direitos sociais, sob a égide do capitalismo liberal foi falha, houve uma reduzida intervenção estatal, suas ações não eram propriamente do Estado, mas sim dos interesses dos próprios liberais. Constituído de elementos essenciais para sua manutenção, como predomínio do individualismo, o bem-estar individual como meio de garantir bem-estar coletivo, predomínio da liberdade, naturalização da miséria, predomínio da lei da necessidade,

manutenção de um estado mínimo, a perspectiva de que as políticas sociais levam ao ócio. (BOSCHETTI,2010).

As respostas dadas a questão sociais no final do século XIX foram repressivas e somente algumas demandas da classe trabalhadora foram incorporadas, as reivindicações da classe trabalhadora foram transformadas em leis que não atendiam de forma a garantir as melhorias necessárias, não atingindo o cerne da questão social. Mesmo nos pós Segunda Guerra as reformas sociais não tiveram esse caráter. Veja,

Nesse sentido, as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social. Em outras palavras, não existe polarização irreconciliável entre Estado liberal e Estado social, ou, de outro modo, não houve ruptura radical entre o Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abandonou seus princípios liberais e incorporou orientações socialdemocratas num novo contexto socioeconômico e de luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimentos em políticas sociais (Pisón,1998). Não se trata, então, de estabelecer uma linha evolutiva linear entre Estado liberal e Estado social, mas sim de chamar atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo. (BOCHETTI; BEHRING,2010, p. 63).

A classe trabalhadora teve papel determinante para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século através da sua mobilização e organização. O posicionamento da classe trabalhadora trouxe para si mudanças, suas reivindicações eram pautadas na luta pela emancipação humana, na implementação de uma ordem social não capitalista e na socialização da riqueza. A mesma assegurou importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, tais direitos como o voto, de se organizarem em sindicatos e partidos, de se manifestarem e de se expressarem livremente. Apesar de que não se conseguiu instituir uma nova ordem social, a luta da classe trabalhadora significou um grande avanço.

Assim a generalização dos direitos políticos é resultado da luta da classe trabalhadora e se, não conseguiu instituir uma nova ordem social, contribuiu significativamente para ampliar os direitos sociais, para tencionar, questionar e mudar o papel do Estado no âmbito do capitalismo a partir do final do século XIX e início do século XX. (BOSCHETTI; BEHRING, 2010, p. 64).

O surgimento das políticas sociais se constituiu de forma diferente entre os países, surgindo gradativamente conforme os movimentos de organização da classe trabalhadora, do nível de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações de

força no âmbito do Estado. Percebe-se aqui, o protagonismo da classe trabalhadora, enquanto articuladora de seus interesses, sendo assim, o final do século XIX vai ser o momento em que o Estado capitalista começa a atuar de forma a ter suas ações como obrigatoriedade.

Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade. (BOCHETTI; BEHRING,2019, p. 64).

Houve-se um enfraquecimento das ideias liberais no decorrer da passagem do século, o enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais se deram no decorrer da segunda metade do século XIX e no início do século XX. Resultado de alguns processos político-econômicos.

O primeiro foi o crescimento no movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos e sociais importantes, como parlamento, obrigando a burguesia a “entregar os anéis para não perder os dedos”, diga-se, a reconhecer os direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos [...]. (BOCHETTI; BEHRING,2010, p. 67).

Outro processo não menos importante foi a concentração e monopolização do capital, esse processo que era gerido cada vez mais pelos grandes monopólios.

O segundo e não menos significativo processo foi a concentração e monopolização do capital, demolindo a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais. Cada vez mais o mercado liderado por grandes monopólios, e a criação de empresas passou a depender de um grande volume de investimento, dinheiro emprestado pelos bancos, numa verdadeira fusão entre capital bancário e o industrial, que dá origem ao capital financeiro [...]. (BOCHETTI; BEHRING,2010, p.68).

A concentração e centralização de capital culminou aos modernos monopólios, a fisionomia do capitalismo começa a mudar. Agora, a concorrência intercapitalista entre as grandes empresas nacionais ultrapassam as fronteiras, gerando bárbaro e feroz confronto nas duas grandes guerras mundiais.

Outro ponto importante para salientarmos aqui, houve um outro divisor de águas, as elites político-econômicas deram início ao reconhecimento dos limites do mercado, deixando-se a mercê “dos seus supostos movimentos *naturais*: a crise de 1929 a 1932”, conhecido também como a Grande Depressão. Tal crise, considerada

a maior crise mundial do capitalismo até aquele momento. A crise de 1929 iniciou-se no sistema financeiro americano, onde foi registrado o primeiro pânico na Bolsa de Nova York no dia 24 de outubro de 1929, a mesma se difundiu pelo mundo causando a redução do comércio mundial equivalente a um terço do que era antes. (BOSCHETTI; BEHRING,2010).

As implicações da crise para o processo de consolidação da política social se dão na compreensão de que o que move o capital é a busca de lucros, através da mais-valia a partir processo de trabalho e valorização do capital. Tal processo que integra a formação do valor nas mercadorias, o qual se realiza na esfera da circulação (BRAZ; NETTO,2006).

A concorrência é acirrada, bem como a especulação. Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. Com isso, configura-se uma superabundância de capitais e uma escassez de lucros, produzindo o desemprego generalizado e a queda da taxa de consumo, inviabilizando o processo de realização da mais-valia. Assim as soluções para a crise de 1929-1932, que teve como características acima descritas, se darão no sentido de reativar o emprego e o consumo, daí a importância do fundo público e da guerra. (BOSCHETTI; BEHRING, 2010, p. 78).

A intensidade e profundidade da crise trouxeram mudanças significativas no mundo capitalista, que tem sua consolidação somente após a Segunda Guerra, quando se adentrou a fase madura do capitalismo.

As políticas sociais se generalizaram nesse contexto, compondo o rol de medidas anticíclicas do período, também foram resultados de um pacto social estabelecido nos anos subsequentes com segmentos do movimento operário, sem o qual não poderiam ser compreendidas. (BOSCHETTI; BEHRING,2010, p. 71).

No capitalismo monopolista no fim da Segunda Guerra viveu-se os “anos gloriosos”, com forte expansão, com taxas de lucro altas e de produtividade para as empresas, e políticas sociais para os trabalhadores. É aí que se levanta o Estado social, essa fase se caracteriza pelo intenso processo de monopolização do capital e pela intervenção do Estado no livre mercado e na economia.

No advento desse período nos deparamos com as propostas John Maynard Keynes, economista britânico que defendia o Estado intervencionista na política

econômica, como proposta de saída da crise. Sua aposta era de que o consumo estimulado ampliaria o crescimento da produção, resolvendo assim o problema da economia. Veja,

O Estado com Keynesianismo, tornou-se produtor e regulador, o que não significava o abandono do capitalismo ou defesa da socialização dos meios de produção. Keynes defendeu a liberdade individual e a economia de mercado, mas dentro de uma lógica que rompia com a dogmática liberal-conservadora da época. (BOSCHETTI; BEHRING, 2010, p. 84).

Sendo assim, instaurou-se uma promoção de políticas de pleno emprego, criou-se políticas sociais com intuito de ampliar o mercado de consumo e uma paridade entre o capital e o trabalho.

O padrão de acumulação se funde, o taylorismo/fordismo ao modelo keynesiano, tal combinação sociopolítica instaurou o chamado Estado de Bem-Estar Social, conhecido como Welfare State ao qual foi formulado na Inglaterra no ano de 1942. E é nesse cenário que se tem a generalização da política social.

Para se entender o desenvolvimento da sociedade capitalista, e suas expressões tais como a questão social e o nascimento das políticas sociais é necessário que se compreenda a particularidade de cada país, levando em consideração as particularidades temporais e sócio históricas que vão imprimir a distinção do desenvolvimento dos mesmos.

O que aprova ressaltar nesse item é o protagonismo da classe trabalhadora frente as expressões da questão social, e luta pelos direitos diante da articulação enquanto classe trabalhadora. Pois é através da luta, da resistência, que a classe trabalhadora durante todos esses anos alcançou seus objetivos, lutando por melhoria de vida, de condições de trabalho, por direito e por cidadania.

As conquistas da classe trabalhadora, nada mais é que uma intensa luta por direitos, ao qual se tem a consciência de classe, e através de tais reivindicações que o Estado vai atuar. Não podemos aqui caracterizar tais conquistas apenas como estratégia de controle do Estado, mais como fruto da luta da classe trabalhadora.

A atuação da classe trabalhadora frente a sua exploração, que emanou do Estado respostas aos enfrentamentos das expressões da questão social ao qual emergiam no seio da contradição trabalhado e submergia na realidade da vida dos trabalhadores.

Tais conquistas de direitos, ainda que minimamente vão nos direcionar para compreender a importância das políticas sociais para os variados seguimentos da sociedade, ao qual nesta árdua contradição se encontram pauperizados, segmentos estes funcionais ao capital, necessários para a manutenção da produção e reprodução capitalista. Com isto, iremos decorrer na particularidade histórica das classes consideradas minorias, fazendo um recorte no que se tange a questão da mulher e o seu papel dentro da história no capital, da sua funcionalidade e de como o capital se apropriou deste segmento para a manutenção da sua ordem.

No próximo item vamos trazer a particularidade do Brasil e o processo sócio histórico, demarcando as características de desenvolvimento enquanto país periférico da economia capitalista, para mais adiante discutirmos a implicação da mulher na sociedade e a formação do Serviço Social intrínseco a questão de gênero dentro da política de assistência social.

### **1.3 Políticas sociais e assistência social no Brasil: constituição sócio histórica**

Podemos dizer de uma maneira mais geral, que as políticas públicas são instrumentos ou conjunto de ações de intervenção do Estado na sociedade, seja na área econômica ou social, com intuito de possibilitar o alcance de certos resultados, impedir outros, ou ambas as coisas.

Para compreendermos o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil ao decorrer dos anos, é necessário fazer uma retrospectiva da trajetória da implementação do sistema de proteção social no país. A construção da assistência social enquanto política de direito, nos remete a percorrer pela historicidade, denotando os principais instrumentos legais que delimitam as ações sócio assistenciais, bem como corrobora com a difícil ruptura com os traços da cultura

assistencialista, de culpabilização do indivíduo e moralização das refrações da questão social.

Para falarmos em políticas sociais no Brasil é necessário entendê-lo como país da periferia do mundo capitalista, sem deixar de lado as marcas dessa particularidade histórica brasileira.

Desde a sua colonização o Brasil teve seu lugar marcado no mercado mundial, este que servia de fonte para a acumulação originária de capital nos países centrais. Não se pode também deixar de lado o escravismo presente no processo de formação do país. O Brasil de forma retardatária se adaptou ao capitalismo, mas sem deixar de lado as amarras conservadoras.

O impulso para capitalismo brasileiro foi a criação do Estado nacional, aí advém a importância da Independência de 1822.

O Estado brasileiro nasceu sobre o signo de forte ambiguidade entre liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes. O desenvolvimento da política social entre nós[...] acompanha aquelas fricções e dissonâncias próprias da conformação do Estado. (BOSCHETTI; BEHRING, 2010, p. 75).

A independência criou condições para o afloramento do espírito burguês, não em sua totalidade e sem romper a relação com o mercado externo, tem-se aqui uma situação mercado, uma economia voltada para a exportação, um mercado voltado para fora. Observe,

A heteronomia, portanto, é uma marca estrutural do capitalismo brasileiro, e o processo de modernização (conservadora), consolidando o capitalismo entre nós, tenderá a mantê-la. Até por que, se há uma metamorfose das elites, no sentido de seu aburguesamento, esta foi acompanhada de uma aceitação dos controles estrangeiros na vida econômica do país, a qual “processava-se sob forte identidade de interesse e, até, sob laço profundo de lealdade e de simpatia”. (BOSCHETTI; BEHRING, 2010, p. 76).

Esse apanhado histórico nos ajuda a compreender e a pensar a política social brasileira, onde vai demarcar o adentrar do Brasil no capitalismo. “São os ingredientes da entrada brasileira no capitalismo, num processo de transição condicionado pelos dinamismos do mercado mundial e o mercado é marcado pela adaptação do sistema colonial aos novos tempos”. (BOSCHETTI; BEHRING, 2010).

A passagem brasileira para o capitalismo não possibilitou qualquer crescimento interno, mantinha-se os interesses do setor agroexportador. A presença do trabalho escravo ocasionou inúmeros impactos no crescimento do trabalho livre, dificultando as possibilidades políticas de um processo mais ágil e radicalizado de transição, com participação mais efetiva do movimento operário.

O que se tem aqui é uma situação estrutural, que atrasou a consciência e ações políticas operárias no país, onde as primeiras manifestações como tal aconteceram no início do século XX, as mesmas foram tratadas através da dissuasão político-militar e repressão policial.

A crise do poder oligárquico-escravista inaugura um processo de transição – “cinzento e morno” – que cria as bases para a concretização do poder burguês no país. Ao invés de construir instituições próprias nesse processo, ela converge para o Estado, procurando exercer pressão, orientar e controlar a aplicação de seu poder político, segundo interesses particulares. A burguesia brasileira não é “palatina da civilização ou instrumento da modernidade”. Portanto, vai optar por mudanças graduais e adaptações ambíguas, polarizada por preocupações particularistas e um “entranhado conservantismo sociocultural e político” (1987:205) e, acrescentamos, um conservadorismo social. De outro lado, a influência modernizadora externa não ultrapassava os limites da criação de uma economia capitalista satélite, para não estimular sonhos da independência. (BOSCHETTI; BEHRING, 2010, p. 78).

Vamos ter no Brasil uma consolidação conservadora da dominação burguesa no país, ou seja, uma democracia restrita, onde a imposição sobre a classe operária se dava de forma repressiva.

Tais características estruturais marcaram a formação social brasileira, e essa compreensão é importante para entendermos o surgimento da política social no Brasil. O surgimento da política social no país não acompanha o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central, não houve no Brasil a explosão das lutas operárias, trazendo consigo partidos e fortes organizações, o que acontece é que não houve como nos demais países centrais a consciência da classe operária como classe para si.

A questão social no Brasil já existente, com o pauperismo se manifestando de forma objetiva, especialmente com o fim da escravidão onde a dificuldade de se incorporar os escravos libertos no mundo do trabalho era enorme; somente se colocou

como questão política a partir da primeira década do século XX, onde se tem as primeiras lutas dos trabalhadores e o surgimento das primeiras iniciativas voltadas ao mundo do trabalho. A fragilidade dos direitos sociais é arraigada desde a sua formação no Brasil. Observe,

Se a política social tem relação com a luta de classes, e considerando que o trabalho no Brasil, apesar dos importantes momentos de radicalização, esteve atravessado pelas marcas do escravismo, pela informalidade e pela fragmentação/cooptação, e que as classes dominantes nunca tiveram compromissos democráticos e redistributivos, tem-se um cenário complexo para a lutas em defesa dos direitos da cidadania, que envolvem a constituição da política social. (BOSCHETTI; BEHRING,2010, p. 79).

No Brasil podemos encontrar em 1923 com a Lei Elói Chaves, uma legislação percussora de um sistema público de proteção social com as chamadas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores.

Neste momento o Brasil tinha sua economia voltada para a monocultura do café para exportação, onde o produto era responsável por 70% do PIB nacional. Desta forma os direitos trabalhistas e previdenciários foram reconhecidos para os trabalhadores que estavam diretamente inseridos no processo de produção e circulação de mercadorias. As Caixas de Aposentadoria e Pensões, juntamente com as Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) foram as formas originárias da previdência social brasileira.

Com o avanço do capitalismo industrial na década de 1930, houve uma intensificação da exploração da força de trabalho acarretando o agravamento significativo dos níveis de desigualdade, ocasionando um aprofundamento das expressões da questão social. A questão social se inscreve no pensamento dominante como legítima, elucidando o processo de “formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO,1995).

Os Institutos de Aposentadorias e Pensões são criados nesse período na lógica do seguro social, e nesta década também podemos situar outras medidas de cunho

social como a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho social, sem deixar de enfatizar aqui, que essas ações não se desprendiam do caráter controlador e paternalista. O Estado amplia progressivamente sua abordagem pública da questão, intervindo nas relações sociais com novos mecanismos, como legislações laborais, e outros esquemas de proteção social como serviços sanitários e atividades educacionais (YASBEK,2008).

O Estado busca pela via da política pública e de seus benefícios manter a estabilidade, garantindo direitos sociais e diminuindo desigualdade, embora no Brasil não tenha se alcançado a institucionalidade de um Estado de Bem-Estar Social. Resumidamente podemos dizer que o Estado brasileiro buscou amenizar a *questão social* desenvolvendo políticas públicas e agências de poder estatal nos mais diversos setores, com intuito de minimizar as diversas formas que se manifestam a questão social, tornando-se privilegiada a vida do Seguro Social.

A partir de 1930 nos espaços das cidades, a questão social passa a ser o episódio impulsionador de medidas estatais de proteção ao trabalhador e a família. Com o processo de urbanização e industrialização e com a emergência da classe operária e de suas reivindicações e mobilizações o Estado vai intervir como forma de minimizar a questão social.

A partir do Estado Novo (Getúlio Vargas, período de 1937-1945) como resposta as necessidades do processo de industrialização, houve um desenvolvimento crescente nas políticas sociais.

Com a Constituição de 1937 criou-se uma dualidade entre atenção previdenciária para trabalhadores formais, predominantemente os trabalhadores da indústria, esses trabalhadores que “são transformados em sujeitos coletivos pelo sindicato e os informais que são enquadrados como pobres, dependentes das instituições sociais, dissolvidos em atenções individualizadas e não organizada” (MESTRINER,2001, p. 105).

Sendo assim, se para a classe operária que emergia, as ações do campo da proteção social se redefinem como um acordo entre as classes sociais, o que sobra

para o pobre trabalhador, sem carteira assinada ou desempregado são as obras sociais e filantropia, sendo responsáveis pela assistência dos considerados mais pobres, com atendimento fragmentado por grupos populacionais atendidos. (YASBECK,2008).

O isolamento dos considerados desajustados era uma estratégia que tinha como objetivo manter a parte da sociedade considerada sadia de forma 'pacífica', o que se tinha era uma proposta de 'psicologizar' as ações junto aos seguimentos empobrecidos da sociedade, realizando uma *reforma* moral e social nos indivíduos. A filantropia nesse período vai se efetivar como reação à *questão social* sendo a doutrina social da igreja como norteadora dessas ações.

O Estado vai dar atenção a estes seguimentos baseando-se numa lógica de benemerência, utilizando-se de critérios de mérito e caracterizada pela escassez e precariedade. Desta forma o Estado não somente incentiva a benemerência, mas também passa a se responsabilizar por ela, através da atenção aos pobres, porém sem caracterizar tal ação como uma política.

Em 1942 o governo brasileiro cria a Legião Brasileira de Assistência (LBA), se constituindo a primeira instituição de abrangência nacional de Assistência Social. De fato:

Em 1942, buscando legitimidade junto à população pobre o governo criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de assistir, primeiramente, às famílias dos pracinhas que foram para a guerra, e logo depois estender seu trabalho a população pobre, principalmente com programas na área materno-infantil. A LBA representou o braço assistencialista do governo, que centrou na figura da primeira-dama Darcy Vargas a coordenação da instituição. Esse traço clientelista e vinculado à benemerência apresentou-se persistente por muitos anos na política assistencial brasileira. (COUTO,2008, p. 103).

Cessada a guerra, a LBA se volta para a assistência à maternidade e à infância, dando início a política de convênios com instituições sociais no âmbito da benemerência e filantropia, suas ações paternalistas e de ações emergenciais à miséria, vai interferir junto aos segmentos mais pobres da sociedade. A emergente assistência social brasileira estabelece com a filantropia e benemerência uma modalidade de intervenção, onde o caráter dessa relação está diretamente ligado aos interesses entre o público e o privado, tradições paternalistas e assistencialistas.

Podemos observar que historicamente a atenção à pobreza e os seguimentos em condições miseráveis da sociedade pela assistência social pública vai se estruturando juntamente à um conjunto de iniciativas filantrópicas, benemerentes exercidas pela sociedade civil.

Com o passar do tempo as velhas formas de atender as necessidades dos pobres gestadas pela filantropia e na benemerência evoluem, vão se desenvolvendo ações para atender a determinados grupos vulneráveis, arrecadação de fundos para instituições carentes, no âmbito da assistência social são desenvolvidas políticas para a infância e adolescência, para idosos, até programas anunciados de combate à pobreza. O pobre, considerado como passivo a sua situação de vida, visto de forma negativa é usuário dessas políticas. (YASBEK, 2008).

Percebe-se que as políticas sociais no Brasil no período de 1930 a 1960 se davam no sentido de “proteção” aos trabalhadores, nada menos com intuito de criar condições para se garantir a força de trabalho adequada, e que essa força trabalho atendesse as exigências do mercado emergente.

Em 1964 com o início de um governo militar, se instaurou no Brasil a Ditadura Militar. Durante esses anos as políticas sociais possuíam em seu interior o objetivo de dar legitimação ao sistema autoritário vigente, as mesmas possuíam caráter setorial, fragmentado e emergencial. Passava-se a ideia de que o desenvolvimento social seria decorrente do desenvolvimento econômico.

Durante o período de 1964 (Golpe Militar) a 1988 (Constituição Democrática), o país desenvolveu-se economicamente, com a modernização, a expansão da produção e a entrada do capital estrangeiro. As políticas sociais tinham um caráter assistencialista e clientelista. Conforme afirma Vianna (1990, p. 8) “[...] no pós-64, a intervenção social do Estado ganhou dimensões e características bastante nítidas, definindo um perfil específico de política social, regido por princípios ‘simples’ e coerentes com o padrão excludente e conservador de desenvolvimento econômico”.

Este período foi caracterizado pelo autoritarismo, censura, repressão e ausência de eleições. Neste momento as expressões da questão social começam a se agravar e vão exigir do Estado responder. Conforme diz Soares (2001, p. 209):

[...] no pós-64, ao longo do período de autoritarismo, que se consolida o arcabouço político-institucional das políticas sociais brasileiras. Suas características podem ser expressas nos seguintes princípios: 1. extrema centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do governo; 2. fragmentação institucional; 3. exclusão da participação social e política da população nos processos decisórios; 4. autofinanciamento do investimento social; e 5. privatização.

O país de um lado vivia o autoritarismo, a repressão, a censura, a eliminação da liberdade de opinião, sendo destruído o exercício dos direitos civis e políticos, simultaneamente do outro lado, na década de 1970 o Brasil viveu o chamado “milagre econômico”. Dessa maneira,

Se de um lado, o país vivia essa realidade que atingia o amargo do exercício dos direitos civis e políticos, simultaneamente, na década de 1970, o Brasil viveu o momento que foi conhecido como o do “milagre econômico”. A economia apresentou altos índices de crescimento, o consumo de bens duráveis alcançou patamares nunca antes vistos. Foram construídas estradas, hidrelétricas e consolidando um grande parque industrial no Brasil. (COUTO, 2008, p. 127).

Mas o “milagre econômico” tinha sua outra face, a alta concentração de renda no Brasil. O outro lado desse crescimento, essa eficácia na economia mostrava seu verso no que se referia às condições que a classe trabalhadora enfrentava, entre elas podemos destacar: as péssimas condições de vida na cidade, o arrocho salarial, o alto índice de mortalidade infantil, o analfabetismo entre outros. Este milagre econômico se sustentava em:

Três pilares básicos: o aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política, a ação do Estado, garantindo a expansão capitalista e condição do grande capital nacional e internacional; e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos. (HABERT, 1996 apud COUTO, 2008, p. 128).

O período da ditadura constituiu um corpo institucional tecnocrático para responder as demandas sociais e do capital. Criou-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no ano de 1966, tem-se a unificação da Previdência Social, com

a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), que reunia todas as Caixas de Pensões e os IAPs.

Na Previdência também foi acionada a extensão dos benefícios aos trabalhadores rurais, ao qual não era exigido sua contribuição ou a contribuição dos empregadores, tal benefício era como forma de retribuir o apoio ao regime. Tais benefícios também foram estendidos aos empregados domésticos e aos autônomos.

Neste período a problemática social que tomou grandes proporções foi a questão dos menores e dos infratores. Criou-se o Sistema Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e / ou Fundações Estaduais (FUNABEM/ FEBEMS). Essas respostas as problemáticas postas eram de cunho repressivo e de recolhimento institucional que foram aceitas, pois, o emblema era de retirar do meio da comunidade essas crianças e adolescentes para se aplicar medidas que fossem desenvolver cidadãos adequados e aptos a contribuir com a sociedade.

No âmbito da política social previdenciária foram efetuadas ações de integralidade técnico-política, criou-se em 1974 o Ministério da Previdência e Assistência Social; em 1979 instituiu-se o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que agrupou o INPS, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), a LBA e a Central de Medicamentos (CEME); reunindo em uma única estrutura as instituições que antes tinham uma direta relação na oferta de benefícios à população. (COUTO, 2008).

Ainda no âmbito previdenciário, foram tomadas várias medidas com intuito de ampliar os direitos dos destinatários, como por exemplo, o Benefício da Renda Mensal Vitalícia, dirigida aos trabalhadores com mais de setenta anos de idade que tivessem trabalhado e contribuído pelo período de pelo menos doze meses.

Nesse período os direitos eram vistos como concessão aos considerados pelo governo merecedores, as medidas eram tomadas dirigindo-se a uma política de controle. A ampliação dos setores considerados merecedores pelo governo estava em consonância com os fatores de ordem estruturais, ou seja, de acordo com o âmbito

das economias mundiais. Esse advento levou ao descontentamento com o modelo de gestão governamental deste período, fazendo com que vários movimentos da sociedade civil se reorganizassem requerendo democracia.

Nos anos 80 com a ampliação da desigualdade na distribuição de renda, a crescente pobreza se converte em tema central na agenda social, com o aumento significativo de pobres, nessa transição que se caracterizou pelas pressões pela democratização. Tem-se uma conjuntura econômica dramática, onde a distância entre as minorias abastadas e as massas miseráveis é notória. Desse modo,

A prosperidade prometida com o projeto de Estado militar-tecnocrático mostrou-se falaciosa, e os sacrifícios solicitados à população, tendo em vista um desenvolvimento que beneficiaria a todos, revelaram-se restritas. A década de 1980 mostrou um país com enormes dificuldades geradas pela grande concentração de renda e por uma política econômica restritiva do ponto de vista da participação da população na riqueza nacional, que se já não apontava o crescimento do bolo como estratégia de acumulação da riqueza, proposta pelos governos militares, muito menos falava em sua distribuição, revelando ser uma sociedade extremamente desigual [...]. (COUTO, 2008, p. 137).

Nos anos 90 o conjunto de extorsões que levou a um novo perfil para a *questão social* brasileira, intimamente pela via da vulnerabilização do trabalho, coexistiu com erosão do sistema público de proteção social, é marcado pela perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, e pela crescente subordinação das políticas públicas às políticas de ajuste de economia, levando a redução com os gastos público, investindo-se menos pois a perspectiva privatizadora era prioridade para o reordenamento da economia.

O Brasil vai instituir constitucionalmente em 1988 seu sistema de Seguridade Social, nesse contexto de transformações que ocorreram na ordem econômica internacional modalizada. É no que podemos chamar de “contramão” em que ele se institui, pois, as transformações estruturais ocorridas no capitalismo contemporâneo, que afetam arduamente as relações de trabalho e o trabalho assalariado, alcançam os sistemas de proteção social e a política social, diminuindo as responsabilidades públicas e valorizando as virtudes de regulação pelo mercado.

No artigo 194 da Constituição Federal de 1988, define-se a Seguridade Social como um “Conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (VIANNA,2005, p. 92). A seguridade social vai surgir para cobrir diferenciadas contingências sociais.

As políticas sociais respondem a necessidades e direitos concretos dos seus usuários, mesmo não sendo capazes de reverter níveis elevados de desigualdade. Porém, a seguridade social brasileira traz avanços e inovações no campo das políticas sociais inclusivas, em particular para a assistência social, ao qual é a política em que a classe mais pobre e minoritária vai necessitar mais, e a qual vai servir de meio de controle e amenização da questão social.

O reconhecimento da assistência social como direito do cidadão, dever do Estado na sua garantia, acontece de forma tardia com a Constituição Federal de 1988. Embora a assistência social tenha se constituído como direito sendo reconhecida de forma legal recentemente, a intervenção do Estado brasileiro institucionalmente organizada data da década de 1940 com a criação da LBA, que foi criada em 1942 pelo Governo Vargas e foi extinta em 1995 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o que nos leva ao questionamento da tardia configuração da assistência social como direito social e dever político do Estado de direito. Esse questionamento trata-se sobre analisar e entender indicadores que permitam entender a situação brasileira, sem menosprezar seu contexto sócio histórico. (BOCHETTI; BERHING,2010), (COUTO,2008).

Diversas particularidades históricas podem ser sinalizadas como inerentes à prática da assistência social brasileira, que fazem parte dos entraves à consolidação da assistência social como direito social. Entre as tais particularidades historicamente sinalizadas podemos destacar sua subordinação aos interesses clientelistas dos governantes e de muitos parlamentares, que transformam em propriedade privada as verbas e subvenções públicas, uso clientelista da assistência social em função dos interesses próprios do governo.

Não podemos esquecer da eterna confusão entre assistência e filantropia, tal equiparação é reforçada pela opacidade das relações entre público e privado no Brasil, esta 'confusão' não é resultado do desconhecimento entre a assistência social enquanto política pública e benemerência, na verdade se trata de uma atitude orientada por uma intencionalidade, que visa colocar a assistência como dever moral, submetida a interesses clientelistas e paternalistas.

A assistência social ainda se constitui como campo de luta e resistência, sendo assim,

É possível afirmar que esta política social enfrentou muitas resistências para ser legalmente reconhecida como direito e continua sofrendo enormes resistências na sua implementação como tal, por que ela é uma política em constante conflito com as formas de organização social do trabalho. (BOSCHETTI,2003, p. 44).

A assistência social sempre esteve em um plano de conflitos de interesse, enfrentando diversas dificuldades, até mesmo para se receber a nomenclatura de política social, embora o aparato institucional governamental não seja recente, somente em 1985 a assistência social passou a compor um plano nacional de desenvolvimento da Nova República, pela primeira vez com o título de política social. Esse movimento que se inicia na década de 80, que vai desaguar na criação da Seguridade Social em 1988, que reconheceu a assistência social como direito social, ao lado a previdência social e saúde, concedendo um novo significado.

Ao assumir a condição de política pública de seguridade com a Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, que regulamenta os artigos 203 e 204 da referida Carta Magna, a assistência social tem um salto de qualidade, um direcionamento para um novo campo, ou seja, redefiniu-se para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Inserida na Seguridade Social ela articula-se com as demais políticas do campo social, voltadas a melhores condições de vida e garantia de direitos.

O artigo 203 da Constituição Federal, se refere especificamente a este novo direito social, definindo seu destinatário e sua distinção:

*A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, tem por objetivos:*

- I- A proteção a família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;*
- II- O amparo as crianças e adolescentes carentes;*
- III- A promoção da integração ao mercado de trabalho,*
- IV- A habitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.*
- V- A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção, ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.*

A Assistência Social se configura como espaço de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos usuários, na garantia dos direitos, no acesso aos serviços, programas e projetos sob a responsabilidade do Estado.

A LOAS vai afirmar para a assistência social seu caráter de direito não contributivo de forma inovadora, a integração entre o econômico e o social apresenta um novo desenho institucional para a política de assistência social.

Regida por Lei Federal (a LOAS), a política de assistência social é concebida como política pública que concretiza direitos historicamente negados, através de sua associação com as demais políticas públicas. De natureza incondicional, ou seja, gratuita, e de competência do Estado, tendo o mesmo como responsável de prover bens e serviços sociais públicos.

Como política pública a assistência social ocupa seu próprio espaço institucional, uma Secretaria Nacional de assistência Social, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, esta, responsável pela elaboração da Política Nacional de Assistência Social, de 2004. Na PNAS, pela primeira vez foi

definido o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na história da assistência social.

A criação do SUAS atendeu ao cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, que foi realizada em Brasília no ano de 2003, que por sua vez, “aprovou uma nova agenda política para o reordenamento das ações descentralizadas e participativas da assistência social no Brasil” (PNAS/2005), que se baseia no art.6 da LOAS, que assim dispõe:

[...] as ações na área da assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituindo-se pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área- tendo como instância coordenadora o órgão gestor do Governo Federal.

O SUAS vai se constituir nos termos da Lei, um mecanismo ao qual vai organizar os preceitos, disposições, ações e os procedimentos que são previstos na LOAS E PNAS, garantindo a implementação e a gestão da política. Com a nova política exigiu-se uma nova Norma Operacional Básica (NOB), que foi criada em 2005 conhecida como NOB/SUAS, em substituição às NOBs de 1997 e 1998.

A PNAS denomina a assistência social como política de proteção, e como ação protetora a mesma deve oferecer três tipos de segurança. A primeira delas a segurança de sobrevivência, destinados aos deficientes ou idosos não contribuintes da Previdência Social que não possuem condições de se manter ou serem mantidos por suas famílias ou de outras contingências sociais. São viabilizadas por meio da distribuição de Benefícios Eventuais e do Benefício de Prestação Continuada.

A segurança de acolhida, atendendo demandas de pessoas com histórico de abandono, velhice, violência familiar ou social, deficiência desprotegida, usuários de drogas, entre outros. Estes serviços para serem viabilizados requerem a oferta de uma rede de serviços e locais de permanência de curta, média e longa duração, podendo ser sobre a forma de abrigos, alojamentos, albergues, com condições físicas e profissionais necessárias.

Por último, a segurança de convívio que diz respeito ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que demandam a assistência devido aos vínculos afetivos e sociais estarem fragilizados. Para se atender de forma satisfatória essa emblemática, tal segurança necessita de ofertas públicas de atividades socioeducativas, culturais e de convivência.

Os três tipos de segurança têm como objetivo o desenvolvimento humano e social associados à cidadania, são regidos pelos seguintes princípios:

- Centralidade familiar;
- Territorialização;
- Proteção proativa;
- Integração à seguridade social;
- Integração às políticas sociais e econômicas.

Com isto, conforme esse conjunto de segurança, regidas por seus princípios, a proteção social no campo da assistência social é dividida entre a proteção social básica e especial.

A proteção básica possui o caráter preventivo, tendo em vista prevenir situações de riscos sociais por meio do desenvolvimento das potencialidades, visa as possibilidades da melhoria de condição de vida e do exercício de cidadania, assim como fortalecer os vínculos familiares e comunitários. Atua como na promoção do acesso aos serviços sociais público.

A coordenação e a execução dos serviços de proteção social básica ficam a cargo dos Centros de Referências de Assistência Social localizados nas áreas de mais incidência de vulnerabilidade sociais.

Já a proteção social especial se divide em duas categorias: média e alta complexidade. Tem como público alvo crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas deficientes, imigrantes, pessoas que sofreram processo de abandono,

violência sexual, maus tratos físicos e psicológicos, uso de substâncias psicoativas, em situação de rua, em cumprimento de medidas socioeducativas, entre outros.

Seja na Proteção Social Básica ou Especial o que temos aqui são formas de enfrentamento da questão social, ao qual o Estado vai atender as respostas das necessidades e problemas postos diante da realidade ao qual vivenciamos, onde a manifestação da desigualdade, da pobreza emana frente a contradição capital trabalhado, sendo exposta através das múltiplas expressões da questão social.

As políticas sociais sempre tiveram em um campo de tensão, como vimos em especial a política de assistência social. As reivindicações da classe trabalhadora exigem respostas e ações por parte do Estado. As políticas sociais percorrem um árduo caminho para se consolidarem como tal, e apesar dos avanços vivenciados até então, há muito o que se conquistar.

O que se pretendeu nesse presente capítulo foi percorrer o caminho histórico do capitalismo, do seu processo de formação e legitimação para a compreensão do surgimento das políticas públicas no mundo, e da ascensão das políticas públicas no Brasil, sem deixar de lado as particularidades do nosso país, da sua construção histórica, econômica e cultural.

Trouxemos aqui a análise da Assistência Social como política de Estado após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e os avanços que tivemos com a arquitetura do sistema que conforma o SUAS. E em síntese os espaços sócios ocupacionais onde a política de assistência social é executada e coloca em prática.

A Assistência Social no seu sentido proteção vai atender a todos aqueles que dela necessitar, é nesta perspectiva que discutiremos no próximo capítulo sobre a procura dos serviços de assistência social, em recorte na proteção social básica pelas mulheres, e discutiremos as implicações que levam a grande contingência de mulheres a procura do serviço.

Traremos a discussão histórica do papel da mulher na sociedade, e de como a mulher, em especial a mulher subalterna, pobre. A discussão sobre a marginalização

da mulher pobre, da violência, da dependência em relação ao homem, da culpabilização e da responsabilidade de procurar o serviço quando o homem a quem ela é dependente não consegue manter o mínimo para o sustento do lar entre outros fatores.

O que levantaremos no próximo capítulo é a realidade da maioria das mulheres que recorrem a política de assistência social, e da importância do trabalho do (a) assistente social com a questão da mulher na garantia dos direitos, da proteção e no desenvolvimento de potencialidades das mesmas.

## **CAPÍTULO 2. A MULHER DENTRO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM A QUESTÃO DE GÊNERO**

De acordo com os estudos que serão apresentados neste capítulo, evidencia-se a importância de se estudar a atuação profissional do (a) assistente social, suas possibilidades e desafios para a efetivação das políticas sociais, em recorte na Política de Assistência Social dentro da Proteção Social Básica sobre a questão de gênero.

Este estudo teve como base referências teóricas voltadas para a questão do trabalho na política de assistência social, atuação profissional do (a) assistente social e a questão de gênero. Este acervo trata a realidade social vivida tanto pelos (as) profissionais de Serviço Social no campo de trabalho, quanto pelas usuárias em situação de vulnerabilidade. Trazendo a realidade de trabalho dos (as) assistentes sociais no enfrentamento a questão de gênero que é cotidianamente posta perante o (a) profissional, e a realidade vivida pelas mulheres usuárias da política de assistência social.

Os autores escolhidos para essa pesquisa são de cunho crítico frente à atuação profissional do (a) assistente social, vão de encontro ao enfrentamento das expressões da questão social e da vulnerabilidade social vivenciadas pelas mulheres, das dificuldades para o aprimoramento da atuação com a questão de gênero, e expansão das Políticas Públicas para Mulheres.

Abordaremos acerca da importância da atuação profissional do (a) assistente social através das políticas públicas na superação das vulnerabilidades sociais e na vida das mulheres, e como o CRAS sendo este a porta de entrada para a assistência social que acolhe e apoia famílias em situação de fragilidade e social e ou pessoal, atua no atendimento as pessoas discriminadas por questão de gênero em recorte as mulheres.

Trataremos sobre questões voltadas para a situação de vulnerabilidade vivenciadas por essas mulheres, a importância da atuação profissional em

consonância com a instituição na vida e no enfrentamento da situação de fragilidade social e ou pessoal e na viabilização de direitos.

Essa pesquisa se encontra articulada com o caráter crítico dialético possibilitando a exposição e análise dos processos de atuação de trabalho dos (as) assistentes sociais, quais seus empasses diante da questão da mulher. Cabe aqui trazer uma reflexão crítica acerca da questão de gênero dentro do nosso modelo capitalista, mostrando o enfrentamento cotidiano dessa luta.

O (a) assistente social dentro das instituições públicas que ofertam serviços da política de assistência social se depara com uma dura realidade que é a questão de gênero, de como a mulher é o público majoritário que recorre as Políticas de Assistência Social. Essa demanda em sua maioria requer do profissional um conhecimento sócio histórico e uma qualificação profissional que garanta um atendimento adequado que viabilize a garantia de direitos das mulheres.

## **2.1 A mulher na sociedade: relação de gênero e questão social**

O (a) assistente social necessita de um embasamento teórico-metodológico que o permita fazer uma análise crítica da realidade, uma análise de conjuntura levando em conta a historicidade da formação social, da construção social de valores morais do papel socialmente imposto as mulheres e da linearidade da luta pelos direitos e conquistas alcançadas por esta categoria.

As mulheres no decorrer dos anos alcançaram conquistas e direitos significativos, uma luta travada para a conquista de direitos, de liberdade, de proteção e de igualdade de gênero e salário. Porém sabemos que a realidade vivenciada pelas mulheres, ainda é uma realidade árdua e é colocada cotidianamente para ser enfrentada. Ainda há muito a que se alcançar, pois a realidade que chega até os profissionais da assistência social, principalmente ao profissional de Serviço Social é de uma categoria que massivamente tem seus direitos violados, e esse profissional tem que dar respostas e atuar na direção de garantir e viabilizar os direitos destas mulheres.

O que se pretende destacar aqui é que a atuação profissional dos (as) assistentes sociais dentro dos espaços sócio ocupacionais é a principal ponte que vai mediar a usuária aos seus direitos. O (a) assistente social se torna o agente responsável não somente por garantir os direitos, mas também orientar, acompanhar, esclarecer os direitos com intuito de viabiliza-los, emancipar e desenvolver potencialidades através de conhecimentos específicos das políticas públicas e dos serviços oferecidos dentro das instituições.

Na assistência social, a presença majoritariamente feminina na política se constitui desde a sua gênese. A sua construção não se deu de forma espontânea pelo contrário possui determinações históricas concebida em uma cultura de subordinação das mulheres, baseada nos nítidos interesses de classe. É notável tal fato quando se percebe a responsabilização das mesmas pela reprodução social, onde se reforça a naturalização de papéis conservadores de gênero. (CISNE,2015).

Estudamos no capítulo anterior a trajetória das políticas públicas sociais no mundo e conseqüentemente fizemos um recorte da formação das políticas sociais no Brasil, trazendo os avanços alcançados pela legislação da assistência social garantindo-a como política pública de direito, rompendo com o assistencialismo e clientelismo, que sempre foram marcas muito fortes da particularidade brasileira.

Com esta análise, outro traço que iremos discutir aqui são as relações de gênero na trajetória da política de assistência social, trazendo as determinações dessa relação e sua expressividade no que diz respeito a presença majoritária da mulher na assistência social, seja como profissional da área ou como público-alvo de atendimento, mas para isto torna-se necessário entender o papel da mulher na sociedade.

Presume-se que originariamente os homens tenham dominado as mulheres pela força física, e que estas se tornam inferiores aos homens por esse motivo. Há muitos argumentos a fim de se justificarem as discriminações praticadas contra a mulher, como fatores biológicos e intelectuais que cientificamente já foram desmistificados. (SAFIOTTI,1987).

Vivemos em uma sociedade que coloca a mulher em um papel de submissão, dependência e subordinação ao homem. Uma cultura socialmente construída para beneficiar quem controla o poder econômico e político. Esse processo baseia-se no patriarcado, no racismo e no capitalismo. Segundo Engels (1981, p. 73) “a figura do homem era de um burguês e a mulher representava o proletariado”.

Esta dominação baseada no patriarcado, como forma de dominação e exploração do homem sobre a mulher, constitui-se um sistema de dominação masculina que vai para além da dominação sobre a mulher, mas sobre as esferas da vida, para tudo o que está ao seu redor.

Saffioti (2004), coloca em um dos seus estudos sobre o patriarcado que:

O patriarcado constitui-se num pacto masculino para garantir a opressão de mulheres. As relações hierárquicas entre homens, assim como a solidariedade existente entre eles, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres. (SAFFIOTI, 2004, p. 104).

Não é difícil notar que homens e mulheres desempenham papéis diferentes dentro da sociedade brasileira, não é um fato único e exclusivo do Brasil, porém nos cabe aqui trazer a historicidade desse processo, e analisar como esse processo se dá no nosso país.

A identidade feminina é construída sócio culturalmente, tal identidade social é demarcada pelas atribuições a ela imposta, assim como as dos homens, e por mais que tenhamos alcançados inúmeros avanços no que se diz respeito a emancipação da mulher, conquistas de direitos, de liberdade e de espaços dentro da sociedade, enfrentamos dificuldades e barreiras cotidianamente. Tais barreiras e dificuldades se tornam pautas de lutas e conquistas a serem alcançadas.

Essas dificuldades são manifestas principalmente na delimitação dos campos em que a mulher pode operar diferentemente dos campos que são escolhidos para o homem, campos estes sócios, econômicos e politicamente ampliados. (SAFFIOTI, 1987).

Estes papéis delimitados se manifestam de várias formas, a naturalização de que a mulher é a única e exclusivamente responsável pelos cuidados da casa e dos filhos. Uma mulher tem a 'permissão' de trabalhar fora, desde que sua responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos não seja negligenciada, que haja a socialização dos filhos e os deveres domésticos sejam cumpridos de forma a manter a harmonia da casa. "Quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história" (SAFFIOTI, 1987, p. 11). Sim, essas mulheres complementam a renda do marido, mas não isentas de toda responsabilidade do lar recaírem sobre as mesmas. Quando não cumprem seu "papel" as mesmas são estigmatizadas por não cumprem com sua "obrigação".

Estes papéis manifestam-se também nas diferenças de salário, homens e mulheres executam as mesmas atividades, as mesmas atribuições, com a mesma carga horária, porém as mulheres ganham um valor inferior ao salário dos homens, por serem única e exclusivamente mulheres.

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a "superioridade" dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. (SAFFIOTI, 1987, p. 11).

Entender esse processo de naturalização, subordinação, dependência e desigualdade histórica dentro da sociedade em que as mulheres estão colocadas, é o ponto de compreensão para entender a realidade hoje. Realidade esta, que vive resquícios desse processo sócio cultural de inferiorização da mulher dentro da sociedade. E que emana demandas a serem respondidas e enfrentadas na nossa atualidade. Apesar de todos os avanços que tivemos, em toda área social da vida das mulheres, ainda há muito o que se enfrentar e se conquistar.

Pode-se, pois, detectar, ainda uma vez o processo de naturalização de uma discriminação exclusivamente sociocultural. A compreensão deste processo poderá promover enormes avanços na caminhada da conscientização quer de mulheres, quer de homens, a fim de que se possa desmistificar o pretense caráter natural das discriminações praticadas contra os elementos femininos. (SAFFIOTI, 1987, p. 15).

O fato de as mulheres se acharem inferiores aos homens, fazem que as mesmas, mesmo possuindo mais habilidade, força ou ganhe salários maiores, se sintam inferiores pelo simples fato de serem mulheres, essa “inferioridade” é algo construído historicamente. Ainda é enraizado em muitas mulheres, que não conseguem se libertar dessa “culpa” de simplesmente serem mulheres. Fazendo que as mesmas sejam submissas aos homens, mesmo quando em suas mãos esteja a capacidade de se “libertar” das amarras em que socialmente estão presas.

Fato esse como explica Saffioti:

“Do exposto pode-se facilmente concluir que a inferioridade feminina é exclusiva social. E não é senão pela igualdade social que se luta: entre homens e mulheres, entre brancos e não-brancos, entre católicos e não católicos, entre conservadores e progressistas. Afinal, travem-se, cotidianamente, lutas para fazer cumprir um preceito já consagrado na Constituição Brasileira. Efetivamente, desde a primeira Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, “Todos são iguais perante a lei” (§ 2º. Do artigo 72). Essa igualdade legal, que passou a ser minuciosamente especificada a partir da Constituição de 1934, assim toda Constituição vigente desde 17 de outubro de 1969: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas” (§ 1º. do artigo 153)”. (SAFFIOTI,1987, p. 15).

A autora destaca aqui, que a centralidade do debate é a igualdade social, fazer valer os direitos conquistados pelas mulheres, da luta por justiça e direitos, trazendo a própria Constituição Brasileira como referência, de que homens e mulheres são iguais perante a lei. Mas o debate vai para além deste argumento, sendo todos iguais perante a lei, não se deve negar a historicidade da questão de gênero, muito menos fechar os olhos para a realidade como se está já estivesse dada e concretizada conforme os parâmetros de igualdade desejada. O que trazemos nessa reflexão é a realidade das mulheres dentro do modelo de produção capitalista em que vivemos, modelo esse conservador, patriarcal de desigualdade, que reprime as classes consideradas minoritárias.

A sociedade brasileira em que vivemos, não está estruturada somente no patriarcado na subordinação da mulher ao homem, mas também, na divisão de classes sociais, sobre a égide do modelo capitalista de produção, que gera classes profundamente desiguais, que também vão estruturar a nossa sociedade brasileira.

Já se tem aqui a consciência de que a subordinação da mulher ao homem atravessa todas as classes sociais e todas as relações sociais. Mas nas classes sociais, o problema para vai para além da subordinação. Essas classes sociais se encontram como mão-de-obra da produção capitalista, sistema este baseado na exploração da força de trabalho, cujo objetivo é a exploração da mais-valia. As classes minoritárias beneficiam aqueles que possuem as maiores parcelas de poder econômico e político, sendo essas em especial as mulheres trabalhadoras. Dentro dessa divisão de classe a mulher pobre e negra é a que mais sofre.

Como atualmente as trabalhadoras brasileiras representam cerca de um terço do total da mão-de-obra empregada em atividades econômicas, pode-se calcular com que intensidade a discriminação contra a mulher faz engordar os patrões. Evidentemente, estes últimos trabalham diuturnamente para alimentar o machismo nas classes subalternas. É, pois, necessário mostrar aos integrantes destas últimas - homens e mulheres, que a supremacia masculina beneficia aqueles que detêm as maiores parcelas de poder econômico e político. (SAFFIOTI, 1987, p. 23).

Essa minoria é funcional ao patronato, tornando-se assim interesse dos mesmos, pois, quanto mais discriminada uma categoria social, maior é aceitação de trabalhos em más condições e salários baixos, e quanto mais separação das categorias sociais, mais difícil fica o avanço das lutas de classes das classes trabalhadores, comprometendo negativamente o resultado pela democracia.

A subordinação da mulher e os dons ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da força de trabalho, pois, as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres- aos serem vistos como atributos naturais, extensão de habilidades próprias do gênero feminino – são considerados dons e não trabalho. (CISNE, 2015, p. 122).

O trabalho doméstico como força de trabalho gratuita tem para o capitalismo uma importância do ponto de vista funcional, apesar de ser um trabalho desvalorizado do ponto de vista capitalista, nada mais é que um trabalho essencial para o funcionamento uniforme e contínuo do sistema vigente. Ou seja, a subordinação da mulher se encontra ligada a manutenção e reprodução do capital.

Ao caracterizar o trabalho e a ocupação de determinada tarefa como feminina, tal atribuição é vista como menos importante, ou menos complexa, fazendo com que tenha uma desvalorização deste trabalho. Consequentemente a uma não percepção

destas mulheres enquanto trabalhadoras, levando a não se enxergarem e não construírem a sua identidade de classe. Nesse contexto,

Compreende-se, portanto, que as subordinações e explorações sofridas pelas mulheres, por meio de qualificações adquiridas a partir das atividades desenvolvidas no desempenho dos papéis sociais a eles imputados, possibilitam uma intensificação da produtividade, conseqüentemente do acúmulo do capital via criação do excedente. (CISNE, 2015, p. 122).

É nesse sentido que iremos brevemente mostrar a historicidade brasileira sob a perspectiva de gênero, o papel da mulher na sociedade, mostrando como Assistência Social e gênero estão entrelaçados.

## **2.2 A assistência social no Brasil e questão de gênero: a intrínseca relação sócia histórica.**

Até 1930 a questão social no Brasil era considerada caso de polícia, tendo a repressão como forma de tratar a mesma. As práticas para esse enfrentamento se davam através da solidariedade social, com base na caridade e no voluntarismo, muitas dessas práticas eram vinculadas à Igreja.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que foi impulsionado com a crise de 1929, com o crescimento da indústria e do mercado, ampliou-se também classe trabalhadora e concomitantemente o aumento da pobreza. Neste momento a classe trabalhadora passou a entrar no cenário político, fortalecendo-se através da consciência de classe. A classe trabalhadora começou a reivindicar, dotando-se de autonomia, com a mesma provocou no Estado a necessidade de intervir de forma diferente no trato da questão social.

Fruto disto, no que data a Segunda República, Getúlio Vargas, até então presidente do Brasil, reconheceu e passou a se preocupar com a assistência social do ponto de vista da questão política e legal, ao mesmo tempo em que não tirou a sua essência mediadora de conflitos, ao qual reproduziam as relações de favor. A repressão continuou nesse modelo governamental tanto de forma direta como camuflada, tendo como objetivo retirar a autonomia da classe trabalhadora e dos sindicatos, que até então estavam a expandir seu espaço político. É nesse contexto

que as políticas sociais vão se configurar, entre lutas, avanços e retrocessos. Resultado das lutas e conquistas da classe trabalhadora, dos movimentos sindicais que reivindicavam seus direitos.

Esse cenário fez emergir o Serviço Social pela necessidade de o Estado implementar políticas sociais que viessem atender aos interesses das classes exploradas, o que garantiria a amenização dos conflitos de classe e atenderia também a necessidade de o capital controlar a pauperização crescente da força de trabalho, assegurando, além do seu controle, a sua reprodução. É nessa relação com as políticas sociais do Estado que o Serviço Social encontra seu significado sócio histórico. (CISNE, 2015, p. 41).

As políticas sociais se constituem em um campo contraditório, ao mesmo tempo que favorecem a classe trabalhadora em suas necessidades, tornam-se instrumento a favor de assegurar a reprodução do capital, o modelo brasileiro que o Estado implementou tem em sua gênese o caráter assistencialista, no sentido dominante. Como Torres afirma (2012):

[...] o Estado brasileiro sempre enfrentou a questão social da pobreza de forma casuística, descontínua, sem efetividade e sem planejamento, criando [...] uma forma de dependência, apadrinhamento e clientelismo. Muitas vezes, os usuários das instituições de bem-estar não se reconhecem como sujeitos nessa relação, mais como seres passivos incapazes diante da sociedade.

Ao analisarmos a gênese da assistência social, percebemos que a questão de gênero é a ela intrínseca, podemos perceber isso através do primeiro-damismo. A Legião Brasileira de Assistência Social, passou a atuar em quase todas as áreas da assistência social, apesar da mesma não romper com as práticas assistencialista, tão arraigadas enquanto formas de enfrentar a questão social. Nesta instituição, em seu estatuto garantia-se a ocupação do cargo de presidência às primeiras damas da República brasileira, ao qual não podemos deixar de mencionar a primeira dama Darcy Vargas, considerada precursora na presidência. Este processo demarca a histórica relação da profissão com a questão de gênero, construída no pilar de uma sociedade patriarcal.

Vivemos em uma sociedade patriarcal, o patriarcado consiste em um sistema de dominação e exploração sobre as mulheres (SAFFIOTI,2014), sobre essa sociedade a mulher é colocada em um papel determinado por princípios e valores, que são para o capital funcionais, as mulheres são ensinadas desde cedo a servir, a

cuidar , a zelar pela família, educar, entre outros atributos a ela direcionados, no sentido de que cabe a mulher o “bem estar” da família e conseqüentemente se estendendo a sociedade.

Coloca-se sobre a mulher a responsabilidade de se manter a harmonia, pois a mesma é vista como dotada de bondade, benevolência, caridade, vistas como naturalmente cuidadoras, com capacidade acolher e proteger. Com isto, desvia-se o foco da questão social, da contradição que é derivada da contração capital e trabalho, colocando-a como responsabilização feminina, da mulher, como responsável pela reprodução social.

Com isto, a exemplo do primeiro damismo esses espaços eram conferidos as mulheres, pois dentro desse sistema patriarcal a posição ocupada por essas mulheres seria uma extensão de seus lares, ou seja, elas estariam fazendo o ‘bem’ ao próximo, pois como mulheres este cargo não era a elas direcionado simplesmente pela competência, mas sim pelo fato de que o cuidado, o amor ao próximo, a moral, o cuidado da família era considerado tarefas femininas.

A LBA, se tornava então uma extensão do dever feminino e um complemento do lar. Percebe-se aqui, uma direção contraditória e ao mesmo tempo complementar, ao mesmo tempo que as mulheres ocupavam cargos sociais, não eram desvinculadas do papel socialmente imposto a elas. As mulheres se tornaram funcionais ao capitalismo para a manutenção dos interesses do sistema vigente, fazendo com que através disto o patriarcado e os valores morais fossem reforçados. (CISNE,2015).

Essas atribuições que são direcionadas as mulheres, tidas como naturais, nada mais são do que construções sociais e culturais, o que nos leva a pensar como a responsabilização desta questão, se torna extensiva às profissões, que são tidas como majoritariamente femininas, profissões estas, que estão ligadas a cuidado, mediação social, de ensino. Daí podemos perceber como as profissões que lidam com a questão social são compostas em maior número por mulheres, em especial podemos destacar a assistência social, não apenas compondo maior número de mulheres profissionais, mas também estamos falando presença massiva de mulheres

como usuárias da política pública, este fato nada mais é do que uma construção sócio histórica, de um sistema capitalista patriarcal, não é algo dado como natural.

A responsabilização da mulher pela questão social surge fundamentada nesta ideológica patriarcal, se responsabiliza a mulher pela assistência social, pois essa responsabilidade tem como base uma ideologia, está longe de ser algo neutro ou sem interesses.

Reforça-se nesse sentido a inferioridade da mulher perante o homem, pois nessa sociedade o homem sempre foi visto como ser capaz de liderar, toma atitudes, ocupar espaços políticos e a mulher como sua ajudadora e compressora.

A assistência social tendo como marco a LBA, foi constituindo-se como espaço de atuação feminina, com o primeiro-damismo. Ideologicamente houve um esvaziamento político da compreensão da questão social, quando se confere a mulher a responsabilidade através do viés moralizador, colocando sob sua responsabilidade, com intuito de se manter o controle das manifestações políticas que pudessem contrariar o interesse do capital, tornando-as assim funcional a ordem.

Apesar do papel destinado a mulher, de considerar sua atuação como uma extensão do papel feminino no lar, fazendo-se uso desta construção para designar a mulher o papel de atenuação dos conflitos sociais; não podemos aqui esquecer, que mesmo em meio a essa contradição, a presença feminina nesses espaços não deixou de configurar um avanço, uma conquista, embora mínima e limitada, pois também se abria a oportunidade para o que as mulheres alcançassem a profissionalização.

Esses espaços ocupados pelas mulheres, propiciaram também para elas, a possibilidade de se despertarem criticamente, ao se inserirem no espaço público, abre-se a oportunidade de contrariarem a ideologia conservadora capitalista.

Outro ponto que podemos destacar aqui, é o entrelaçamento do capital com as instituições que tem como objetivo a reprodução do sistema de valores ao qual domina o capital, utilizando-se de estratégias de intervenção a família. A família se torna o

núcleo central, conseqüentemente a mulher já é tida como responsável por essa instituição.

O Sistema Único de Assistência Social, tem a “matricialidade familiar” como elemento importante para a execução da assistência social, tendo a centralidade na família, para concepção de benefícios e implementação de serviços e programas. A Política Nacional de Assistência Social, vem reforçar essa centralidade:

[...] por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural eram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social e o Estatuto do Idoso. (Brasil, 2014, p. 41).

Não somente a PNAS, mas também na Norma operacional Básica do SUAS, referindo-se à dimensão já circunscrita na PNAS, vai se referir a família tendo um papel importante para a implementação de suas ações. Mas aqui cabe colocarmos de que família estamos falando, e indagar o papel da mulher nessa família, dotada de fortes traços positivistas e patriarcal, tendo como base a mulher, esta, responsável pelo equilíbrio familiar e social, vista como agente mantenedora das relações de convívio no lar. Desse modo,

[...] o pedestal em que se colocava a mulher foi um dos pilares do positivismo ortodoxo no Brasil. Os positivistas elevaram as mulheres por meio do que se poderia considerar como sendo a transfiguração do culto da Virgem. A feminilidade, vista como um todo, devia ser adorada e salva de um mundo perverso. Para os positivistas, a mulher constituía a base da família, qual era pedra fundamental da sociedade. A mulher formava o núcleo moral da sociedade, vivendo sobretudo através dos sentimentos, diferenciadamente do homem. Dela dependia a regeneração da sociedade (HAHNER apud ARY, 2000, p. 73).

A mulher como responsável pela família, como o núcleo moral da família, subitamente desempenha um papel diferenciado do homem, e tal responsabilização vai influenciar na vida das mesmas. O papel e as características definidas para homens e mulheres, são frutos de uma construção sócio histórica, onde é demarcado posturas, características, determinadas natural ou biologicamente, mas sim

construídas historicamente. Tais construções históricas vão influenciar na forma de ser e agir entre homens e mulheres. Sendo assim,

Os homens e as mulheres são seres sociais que, ao conviverem, estabelecem entre si formas de relacionamento. Estas relações sociais, historicamente construídas, vão influenciar na maneira que a sociedade se organiza para produzir socialmente, materialmente e politicamente, e vão implicar sobre as normas, valores, sentimentos e pensamentos das pessoas. (GEHLEN, 1998, p. 426).

Neste sentido, o conceito de gênero visa desmistificar os papéis construídos socialmente, as qualidades que foram determinadas para homens e mulheres, atribuídos aos mesmo de forma naturalizada, ao qual gesta a desigualdade de gênero.

Essa construção social e histórica é suscetível a transformações, nesse sentido percebemos o seu caráter político, que não somente desvela a biologização dos sexos, como proporciona a possibilidade de se construir relações igualitárias entre mulheres e homens.

É necessário também compreendermos que o caráter histórico social sobre os sexos significa também entender e considerar que tais atribuições são concebidas nas interfaces de relações sociais amplas, ou seja, se desenvolvem também através de outras dimensões, deve-se considerar dimensões tais como as de classe, etnia, raça, religião, entre outras que podem influenciar na construção social de gênero. Assim, afirma Saffioti (1992, p. 191):

O gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas. Nesta linha de raciocínio, o corpo da mulher, por exemplo, é essencial para definir sua situação no mundo. Contudo, é insuficiente para defini-la como uma mulher. Esta definição só se processa através da atividade dessa mulher na sociedade. Isto equivale a dizer, para enfatizar, que gênero se constrói-expressa através das relações sociais.

É preciso entender que para superação das desigualdades sociais é necessário que a luta seja em torno da igualdade entre homens e mulheres, entender a questão de gênero de forma articulada com uma visão de classe, no sentido que aponte para a emancipação humana, ou seja, voltada para erradicar com quaisquer que sejam as formas de opressão e exploração.

Diante das diferenças construídas histórica e socialmente entre homens e mulheres, reproduzindo desigualdades, temos aqui a problemática da questão de gênero como expressão da questão social. Tais desigualdades funcionais ao capital, fortalecendo e favorecendo a classe dominante.

A naturalização dos papéis que são considerados femininos é para o capital um modo de contribuição direta para seus interesses econômicos, o Estado capitalista “tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 109).

Este traço histórico brasileiro, das primeiras medidas assistencialistas vão corroborar para o entendimento da formação social e histórica da assistência social enquanto política pública de direito com o papel da mulher e da profissão imbricados com questão de gênero.

A assistência social se tornou política pública, juntamente com a saúde e previdência, a partir da Constituição Federal de 1988. Em 1993 sancionou-se a Lei Orgânica da Assistência Social, a qual regulamente a Assistência Social como dever do Estado e direito dos cidadãos, destinada a todos a que dela necessitarem de forma não contributiva que a tira do patamar de filantropia, tornando-se um direito social o que apresentou um grande avanço para a Assistência Social no Brasil.

Com a construção da LOAS, e posteriormente sua concretização, apontou mudanças para o âmbito da sua gestão e organização, que começou a materializar com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, que trouxe a necessidade de se construir e implementar o Sistema Único de Assistência Social que foi regulamentado em 2005. Todas essas conquistas foram frutos de diversas lutas políticas de vários setores da sociedade, não foi algo que surgiu naturalmente não podemos deixar de destacar a participação popular na contração e nos avanços das políticas sociais.

A assistência social desde sua gênese é uma política pública que está em meio a interesses distintos, marcada pelo favor, clientelismo, usada de forma assistencialista para alcançar determinados interesses. Diante disso, é necessário

superar tais práticas históricas que descaracterizam a assistência social como direito, lutando para que esta, não veia ser permeada por interesses particulares, nem mesmo seja utilizada como favor, ou moeda de troca, pois como já vimos esse direito foi constituído através da luta das classes sociais. Conforme Moroni (2003):

[...] a prática clientelista continua a fazer parte do cotidiano da Assistência Social: nem as autoridades, nem os chefes, nem os usuários, nem os partidos conseguiram superar o secular estigma do assistencialismo. Não tratam a assistência social como direito por que alimentaram a dependência ora do bilhete, ora do telefonema, ora dos arranjos.

Neste sentido há muitos desafios que são postos na nossa realidade, para superar o clientelismo, a cultura do favor, o assistencialismo, que faz com que a assistência social seja descaracterizada como política pública, fazendo com que a mesma sofra um retrocesso, é necessário romper com a política do favor.

Nesta superação, a profissionalização qualificada no atendimento e na execução dessa política, trouxe avanços significativos, pois se rompeu com a o que era considerado dever da mulher que realiza sua obrigação moral diante da sociedade, se tornando uma prática profissional realizada por pessoas com formação qualificada para executar a política pública no âmbito do direito e não do favor.

Apesar das transformações e avanços que ocorreram na política, algumas marcas permanecem presentes na assistência social, embora tais marcas apareçam em novas configurações. Entre elas, cabe aqui destacar a questão da marca de gênero. Essa forte marca é perceptível pois, seja como usuárias ou como profissionais a assistência social é majoritariamente ocupada por mulheres. Como profissionais, elas estão ocupando espaços que socialmente são considerados femininos, profissões consideradas 'ideias' para mulheres, pois durante a trajetória da profissão foi atribuído a mulher o papel de zelar, cuidar, entre outros atributos. Como usuárias, estas mulheres que recorrem a política de assistência social são marcadas pela exploração, violência, submissão, exclusão do mercado entre outras, que expressam o pauperismo vividos ainda por um contingente de mulheres.

Concomitantemente a desigualdade de gênero, ao qual estamos retratando pode se manifestar por diversos fatores, se expressando de várias formas, uma delas

é a materialização da precariedade da mulher no mundo do trabalho. Isto faz com haja uma desigualdade perante a situação de trabalho entre homens e mulheres, tornando o trabalho das mesmas inferiorizado, desvalorizado, tornando-as mais suscetíveis ao desemprego e conseqüentemente mais vulneráveis a pobreza. Conforme afirma Melo (2015, p. 34):

[...] as mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais expostas ao desemprego. Uma outra questão importante refere-se ao peso da execução de trabalho não remunerado, na qual a participação feminina é quase o dobro da remunerado, na qual a participação feminina é quase o dobro da masculina e reforça o caráter precário das ocupações femininas[...].

Além da precariedade da mulher no mundo do trabalho, o grande contingente de mulheres que executam o trabalho doméstico, faz com que conseqüentemente haja um aumento da pobreza, pois, essa ocupação ainda é auferida como uma das piores remunerações das atividades econômicas. Esta profissão que no Brasil, exige um baixo grau de formação escolar, ou muitas vezes nem o exige, se tornando uma opção ou única opção para um contingente de mulheres, que encontram nestes serviços uma saída para se manterem ou manterem seus lares.

Na atualidade brasileira, algumas condições acabam por agravar a situação para as mulheres, alguns fatores interferem nesse processo, fazendo com que tal segmento tenha ainda mais uma precarização de suas condições de vida. O envelhecimento progressivo da população, onde a mulher possui uma maior longevidade em comparação aos homens, contanto se tornam maioria nesse segmento. Dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, divulgada pelo IBGE no ano 2013, indicam que no Brasil, viviam 103,5 milhões de mulheres, ou seja, o equivalente a 51,4% da população. Aumentou-se também a expectativa de vida, enquanto em 1980 a mulher vivia aproximadamente até aos 65 anos, em 2010 subiu para 77 anos de idade a estimativa de vida das mulheres. Ou seja, com a maior perspectiva de vida, e com a maior quantidade populacional sendo mulheres, acabam que tais fatos sejam propícios para que fortaleça a desigualdade de gênero, fazendo que a marca feminina esteja sobressalente no público da assistência social.

Percebe-se diante desta realidade presenciada nos campos de atuação do(a) assistente social nos espaços sócio ocupacionais em que se opera as políticas públicas de assistência social, que as mulheres consideradas periféricas, jovens, mãe solteiras, dependentes financeiramente de seus conjugues ou companheiros, ou que comandam lares são em geral o público que recorre a assistência social e principalmente aos programas de combate à fome.

### **2.3 O CRAS e a mulher em seu cenário: uma análise do CRAS de Ouro Branco.**

A consciência de gênero pela categoria dos (as) profissionais de Serviço Social é indispensável, pois se torna necessária para a compreensão do processo de renovação da profissão, pois em torno da marca de gênero na profissão surgem implicações que necessitam de entendimento, enfrentamento e superação. Com a necessidade dessa ruptura entorno das implicações vinculadas a questão de gênero, entender o processo dentro da profissão torna-se imprescindível para os profissionais romperem com essa barreira. Quanto maior a consciência de gênero e de sua relação com a perspectiva de classe, maiores possibilidades de resistência e enfrentamento se tem.

Sendo assim, analisar as implicações da marca de gênero feminina na profissão pode favorecer a organização política da profissão, fazendo com que se tenha uma percepção crítica da histórica condição de gênero imputada à profissão e ao público usuário, que em sua maioria constitui-se de mulheres.

Os(as) profissionais da assistência social se deparam diariamente com a questão de gênero na sua atuação profissional, as demandas que surgem nos atendimentos demonstram de maneira explícita a necessidade de se trabalhar dentro dos espaços sócios ocupacionais esta realidade. Como já vimos anteriormente, a profissão do serviço social é historicamente ligada a questão de gênero, do papel da mulher perante a sociedade, do primeiro damismo, e na intitulação da categoria feminina como responsável pelas questões relacionadas a caridade, benevolência e ações sociais de cunho filantrópico.

As demandas que surgem para serem atendidas carregam em si um traço histórico permeado pela contradição entre capital trabalho, manifestadas nas múltiplas expressões da questão social no bojo da realidade das mulheres que vão de encontro aos serviços oferecidos. Tais demandas exigem dos (as) profissionais de serviço social um conhecimento específico e qualificado para atuar nas particularidades e nas demandas que são postas mediante a realidade destas mulheres.

A manifestação da pobreza, da violência, da dependência, subordinação ao homem entre outras, se tornam as principais características das usuárias que vão de encontro ao serviço. Além do conhecimento específico da política de assistência social e dos direitos assegurados aos usuários, os (as) profissionais de serviços social devem estar preparados para intervir nesta realidade de forma a seguir o projeto ético-político da profissão, pautado na ética profissional para que o atendimento não caia na culpabilização e descriminalização da usuária perante a realidade em que ela está introduzida, articulando o exercício profissional no atendimento das mesmas. Mediante isto, é nos espaços sócio ocupacionais que o (as) profissionais encontram espaço para atuar de forma a garantir os direitos e promoção da cidadania.

Com a constituição do SUAS no Brasil, tem-se uma estratégia para o enfrentamento à pobreza, ao risco social e às vulnerabilidades em que se encontram grande parte da população brasileira, tais conceitos constituem as manifestações das variadas formas de desigualdade social, que vai para além da falta de renda. Com isto, a atuação se amplia para além somente das respostas através de benefícios financeiros, oferece-se também toda uma rede de serviços (MDS,2004), que se divide em dois níveis: o da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, a PSB a qual é o enfoque da nossa análise, é caracterizada pelo seu caráter preventivo e no desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares; materializado no CRAS.

No âmbito do SUAS, vivencia-se uma redefinição do perfil de seus usuários, como indicam os autores Couro, Yasbek e Raichelis (2010), com as transformações no capitalismo contemporâneo. O conceito de usuário da assistência social é alargado pelo SUAS, aqui não são inclusos somente os sujeitos que não podem trabalhar considerados inaptos ao trabalho, mas também, se inclui uma categoria crescente de

subempregados e desempregados que embora estes possuam condições de realizar o trabalho se encontram fora deste mercado devido à falta ao competitivo e reduzido mercado formal de trabalho, ou que possuem salários tão baixos que não são capazes de suprir as necessidades básicas. Mediante esta realidade, aumenta-se a necessidade dos trabalhadores pela procura da proteção social. É neste cenário neoliberal que as causas sociais e econômica manifestadas na pobreza são suprimidas, colocando o sujeito como responsável pela sua situação de vida, responsabilizando o sujeito, descaracterizando a contradição capital trabalho responsável pelas mazelas sociais.

A assistência social se torna então uma ação compensadora, não com intuito de erradicar a pobreza, mas sim atender de forma a atender os interesses do capital e dar respostas que venham amenizar as expressões da questão social, tornando-se uma medida paliativa para esse enfrentamento. Embora se constituindo de tal modo a constituição do SUAS, abre espaço para construção de programas e projetos que visam a garantia e a melhoria de vida, através dos benefícios oferecidos e à articulação com a rede de serviços socioassistenciais.

Sendo assim, cabe aqui analisar essa procura pelos serviços socioassistenciais principalmente pela mulher, que ao longo do nosso debate estamos trazendo as implicações da questão de gênero dentro deste cenário histórico econômico e cultural.

O CRAS, é uma instituição pública, estatal, descentralizada da política de assistência social responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da PSB do SUAS, nas áreas de vulnerabilidade e riscos sociais dos municípios se caracteriza como a porta de entrada para a assistência social. O CRAS acolhe e apoia as famílias em situação de fragilidade social e ou pessoal, realizando o acompanhamento juntamente com a rede de proteção social. Realiza o trabalho social com as famílias por meio do seu principal programa o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias (PAIF).

Sendo o CRAS, a principal porta de entrada para assistência social, se depara com todos os tipos de situações e casos, ao qual o profissional tem que estar preparado para acolher, escutar, atender e encaminhar. Sendo assim, a política de

assistência social juntamente com as demais políticas, através da articulação Inter setorial se constitui a rede de apoio dessas essas mulheres, trabalhando em consonância de forma articulada para a superação das vulnerabilidades e na garantia do acesso aos direitos e a cidadania.

Mesmo com todo avanço que as mulheres conquistaram no mundo do trabalho, o capital não proporciona para as mesmas condições, as mulheres estão sim, cada vez mais adentrando no mercado, porém essa realidade não atinge a realidade de todas. A marginalização da mulher pobre, periférica, e na sua maioria negra é alarmante, em especial na realidade do nosso país, que tem um número expressivo de pobreza e tal realidade desagua sobre a vida de muitas mulheres, o que as levam a necessidade de recorrer a política de assistência e massivamente aos programas de transferência de renda e de benefícios

Como público majoritário da política assistência social, a realidade dessas mulheres ao qual nos deparamos no exercício profissional é cruel, a questão de gênero, da mulher na sociedade, dentro desse sistema capitalista é uma realidade árdua, que exige dos profissionais um conhecimento e a obtenção de parâmetro para atender essas mulheres.

Constituindo-se o público que mais costumam acessar o CRAS, tendo como principal motivo o acesso aos serviços e a busca por benefícios, buscando orientações e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, tais mulheres que procuram o serviço, muitas vezes chegam fragilizadas emocionalmente, fruto de violência psicológica e da dependência financeira, que faz com que as mesmas suportem vários tipos de agressões e situações para subsidiar o lar e os filhos.

Quando não dependente do companheiro, sobre ela está a responsabilidade de trabalhar e dar conta do lar, como Pereira e Guareschi (2013) aponta em sua pesquisa, estas mulheres se tornam “chefes” de suas famílias, muitas vezes são obrigadas a morar sozinhas com os filhos, tendo como sua responsabilidade a manutenção da vida familiar, demandando o acesso aos políticas e serviços públicos, em especial a assistência social, constituindo-se também um dos motivos ao qual justifica a presença majoritariamente feminina no CRAS.

A não presença dos homens no CRAS, ou a procura de forma secundária, fortalece o que apresentamos no decorrer da pesquisa, da responsabilização da mulher dentro da família, em que se coloca a mulher como responsável por manter a família quando o homem não consegue prover o seu sustento, no sentido da moralização da mesma pela manutenção e equilíbrio do lar, ou até mesmo no reforço de que a mulher tem o papel de cuidar e zelar e o homem prover e sustentar a casa.

Neste sentido, faremos uma breve apresentação da cidade de Ouro Branco, trazendo as particularidades do CRAS do município, ao qual analisaremos a presença majoritária do público feminino.

A cidade de Ouro Branco está localizada na região central de Minas Gerais. A cidade até o ano de 1927 era considerada distrito de Ouro Preto, tornando-se cidade no ano de 1953.

O município passou por diversos ciclos econômicos, inicialmente com o ciclo do ouro, o ciclo da uva, logo após o ciclo da batata. Atualmente a atividade predominante na cidade é a industrial, que teve início com a instalação Aço Minas gerais S.A no ano de 1976, atualmente nomeada de Gerdau, que deu início ao ciclo do aço.

O CRAS “Casa das Famílias” de Ouro Branco foi implantado no município no ano de 2007, que integra o SUAS. Em 2009 foi construído no bairro Luzia Augusta na Avenida Macapá, n ° 113 uma estrutura própria para a sua instalação, até hoje nesse endereço.

A abrangência do mesmo compreende o próprio bairro onde se encontra localizado e ainda os bairros: Nova Serrana, Alto Chalé, Novo Horizonte, Bairro das Flores, Campo Novo, Centro, Dom Orione e o Serra. É vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social da cidade.

O CRAS oferece o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, desenvolvendo um trabalho social contínuo e sistemático com as famílias cadastradas

com o intuito de contribuir no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, na garantia dos direitos e na melhoria das condições de vida. Isso significa oferecer um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e o acolhimento de famílias cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos.

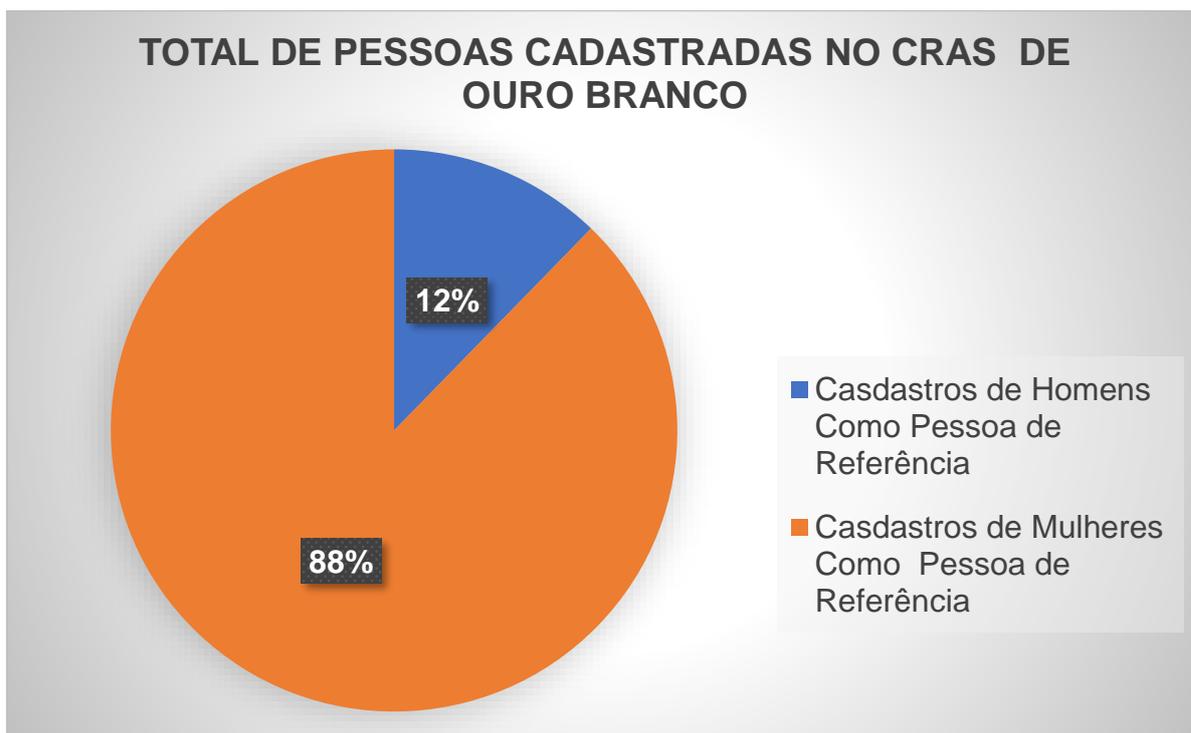
A equipe profissional do CRAS Luzia Augusta é composta por:

- 01 Coordenadora
- 01 Psicóloga
- 01 Auxiliar de serviços gerais
- 01 Assistente Social
- 01 Orientador Social
- 02 Oficineiras

O horário de funcionamento da instituição é de 08:00 às 17:00 de segunda à sexta-feira. No CRAS são oferecidos diversos serviços, acolhimento, escuta, orientação, acompanhamento, visitas domiciliares às famílias, grupo de informações para a defesa dos direitos, grupo socioeducativos de crianças com o objetivo de trabalhar todos os referentes a esta fase da vida, onde as crianças aprendem brincando, grupo socioeducativo de adolescentes, grupo socioeducativo de adolescentes, grupo socioeducativo e de reflexão com famílias onde se discutem temas diversos relacionados à convivência familiar e comunitária, priorizando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento familiar, oficinas lúdicas, de capacitação e inserção produtiva, ações de articulação e fortalecimento da rede entre outros serviços.

A procura massiva de mulheres pelo CRAS, e todos os serviços nele oferecidos, fica evidentemente claro quando analisamos o percentual de cadastros realizados em nome de mulheres, que reafirma a responsabilização da mulher pela família, e pelos números de acolhidas realizadas no período que estimulamos para observar, através do controle que é realizado na instituição. Observe,

**Gráfico 1** - Percentual geral de pessoas cadastradas no CRAS



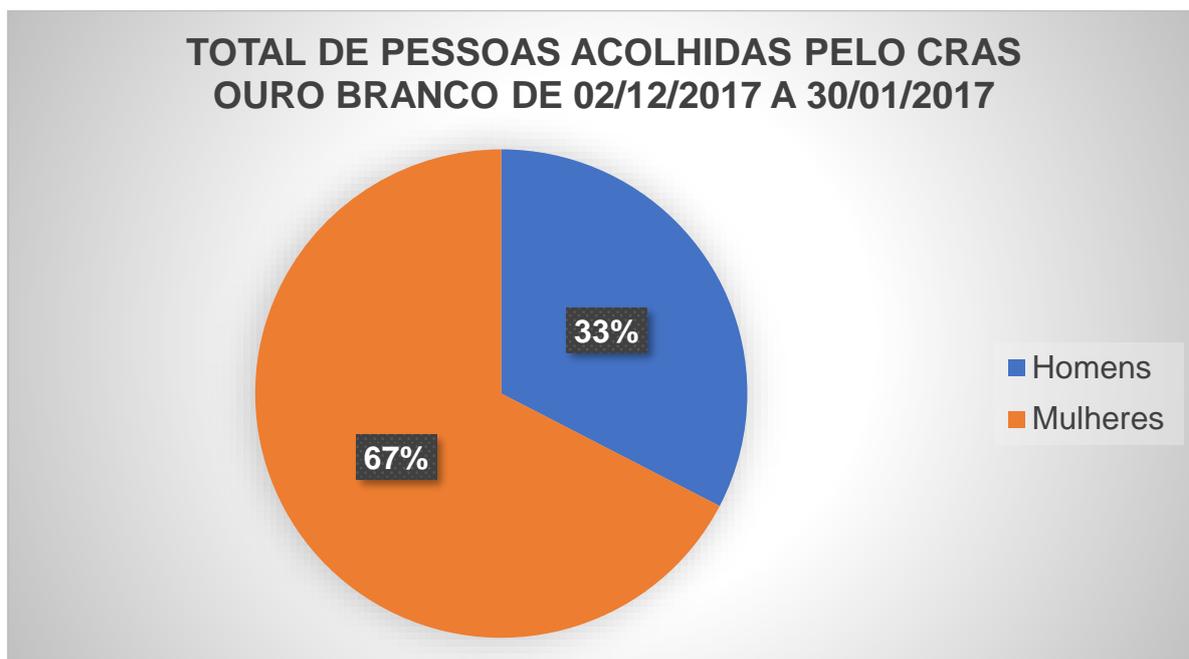
Fonte: Elaborado pela autora. Segundo dados da pesquisa.

O **gráfico 1**, nos mostra que o número de mulheres cadastradas como pessoa de referência no CRAS é notoriamente bem maior do que a dos homens, 88% dos cadastros na base do sistema do CRAS tem como referência a mulher como figura central da família. É preferencialmente que a mulher seja a pessoa de referência nos cadastros realizados no CRAS, tal preferência não está desvinculada do debate que fizemos acerca da responsabilização feminina pelo lar.

As mulheres são vistas como membro da família com maior disponibilidade de se recorrer ao CRAS, mediante as necessidades e situações da família. Essa disponibilidade não está desgarrada da nossa reflexão acerca da ocupação da mesma pelo trabalho doméstico, tal disponibilidade se dá pelo fato de que estas mulheres não desempenham atividades laborais fora do lar, quando os desempenham em grande número são atividades autônomas, os chamados “bicos”.

A responsabilização pela manutenção social do lar é vinculada ao papel feminino, que corrobora para que a mesma se enxergue como responsável por procurar os serviços, benefícios e programas oferecidos pela Assistência Social.

**Gráfico 2** - Percentual de pessoas acolhidas no CRAS no período de 02/12/2017 à 30/01/2017



Fonte: Elaborado pela autora. Segundo dados da pesquisa.

O **Gráfico 2** corrobora com o **Gráfico 1** no sentido de mostrar que a procura da mulher pelo CRAS sempre é maior que a do homem, nesse intervalo de 60 dias o resultado da pesquisa nos mostra que a procura por mulheres continua maior que a dos homens pelo CRAS. A exemplo disto é que no CRAS, há uma preferência de que o cadastro seja feito no nome da mulher, como pessoa de referência, o que reforça a responsabilização da mesma.

Assim, o que concluímos é que esta presença maciça de mulheres no CRAS, tanto por parte dos profissionais que atuam na política de assistência social, tanto como público que o acessa, não está desligado das reflexões que fizemos acerca da construção das políticas sociais, do papel da mulher na sociedade e constituição da profissão enquanto “feminina”.

## **CAPÍTULO 3. A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTAMENTE COM A EQUIPE TÉCNICA DO CRAS DE OURO BRANCO.**

### **3.1 Procedimentos metodológicos**

Neste presente capítulo será apresentado ao leitor à metodologia de pesquisa que conta com o procedimento técnico utilizado para o estudo de campo. Serão expostos os resultados das entrevistas e por fim as análises de dados referente ao estudo de campo, tendo por base o referencial teórico supracitado outrora no estudo.

A metodologia se caracteriza como um conjunto de métodos pelos quais orienta uma investigação científica, Minayo (2007) caracteriza a metodologia como sendo o caminho do pensamento ao qual a prática é exercida na abordagem da realizada, incluindo os instrumentos que possui o pesquisador, como o conhecimento e criatividade. O alinhamento da teoria com a realidade se torna fundamental para analisar a realidade.

Para tratar as questões propostas, foi necessário abordar sobre a política de assistência, a relação da profissão com a questão de gênero pelo resgate histórico da profissão de serviço social, o patriarcado, a submissão e o papel da mulher na sociedade, e a política de assistência social para compreender a dinâmica de atuação das assistentes sociais e da equipe técnica do CRAS de Ouro Branco/MG junto às mulheres. Portanto se fez necessário para este fim, o uso de bibliografias, o que possibilitou a sustentação teórica para analisar os dados coletados através do questionário.

O questionário foi estruturado através da temática do trabalho, com perguntas direcionadas aos tópicos até aqui tratados. Nesta pesquisa o roteiro foi constituído de quatro perguntas direcionadas as assistentes sociais, e um roteiro de cinco perguntas direcionada a orientadora social. (Anexo 1).

A amostra da pesquisa foi composta por três profissionais sendo as três do sexo feminino. Duas possuem formação de bacharel em Serviço Social e uma possui formação de bacharel em Terapia Ocupacional. O tempo de atuação no CRAS varia de três a sete anos.

### **3.2 Apresentação dos dados: a atuação dos profissionais do CRAS**

Parte-se para a apresentação das análises do questionário referente atuação das profissionais do CRAS de Ouro Branco/MG, em relação a questão da mulher dentro da instituição.

Identificaremos as profissionais entrevistadas por: assistentes sociais sendo **AS1** e **AS2** e orientadora social por **OS1**. É válido mencionar que os profissionais estão em consentimento sobre a utilização e apresentação do conteúdo do questionário.

Analisaremos primeiramente as questões respondidas pelas assistentes sociais, logo após as questões respondida pela orientadora social, para analisarmos em um todo, a atuação profissional no CRAS com a questão da mulher.

Na primeira questão, abordou-se a construção sócio histórica da profissão de Serviço Social e se do ponto de vistas das assistentes sociais elas enxergam algum empasse na atuação profissional, considerando que a majoritariamente a profissão é composta por mulheres.

**Questão 1)** De acordo com a construção sócio histórica da profissão de Serviço Social em relação ao papel da mulher dentro da Política de Assistência Social, quais as implicações que surgem na atividade profissional em decorrência da profissão ainda se constituir massivamente por mulheres. Para você qual como é o enfrentamento para a desmistificação da profissão considerada “feminina” nos dias atuais?

**AS1:** *“Uma das formas de enfrentamento sobre as atribuições da profissão. Seu leque de atuação, possibilidades de carreira e campo de trabalho. A profissão sim é*

*majoritariamente feminina, mas não vejo um preconceito por gênero durante minha atuação. Acredito que a maioria mulher se dá pela construção da profissão ao longo dos anos e vale fazer um recorte que as profissões que passam pelo viés do cuidado são em sua maioria vistas como femininas”.*

**AS2:** *“Assim como as demais profissões que são constituídas majoritariamente pelas mulheres há uma tendência de desvalorização como se fosse de segunda categoria. Reflexo da história de subordinação e subalternidade ocupada historicamente por estas. Tal fato é perceptível no valor dos salários, não reconhecimento da capacidade e importância das mulheres”*

O que se percebe nas falas das assistentes sociais **AS1** e **AS2** é uma consciência sobre a profissão ser considerada feminina pela cultura e ideologia do papel da mulher na sociedade, vinculado ao cuidado, a proteção e a moral, a **AS1** em sua fala coloca não se deparar com preconceito de gênero em sua atuação, porém ressalta a visão mistificada das profissões vistas como cuidadoras, e falta de conhecimento por parte população sobre as atribuições profissionais, e o déficit de ações de órgãos reguladores da profissão através de campanhas de comunicação.

Cisne (2015) coloca:

Isto denota uma preocupação na medida que a consciência de gênero por parte das(dos) profissionais de Serviço Social é indispensável para um real processo de renovação profissional, tendo em vista todas as implicações sofridas em torno de marca de gênero para a profissão.

A necessidade de os profissionais compreenderem a questão de gênero, faz-se necessário para a ruptura vinculada a esta questão, que vem desde os seus primórdios recheados de preconceito e valores conservadores, tornando-se necessário erradicar o conservadorismo, com intuito de garantir a emancipação mulheres.

A fala da **AS2** *“tal fato é perceptível no valor dos salários, no não reconhecimento da capacidade e importância das mulheres”*, reflete acerca do nosso debate sobre o trabalho da mulher sob a égide do capital, “a subalternidade

profissional diante de outras profissões, baixa qualificação e baixos salários, descrevendo, em certa medida, a realidade das mulheres que estão inseridas em uma profissão feminina” (Veloso,2001, p.74), a fala ressalta o debate sobre os trabalhos considerados femininos ainda serem menos valorizado que os trabalhos socialmente considerados trabalhados masculinos. A mesma complementa:

**AS2:** *“Acredito que a sociedade capitalista, dominadora e exploradora apresenta um modelo social machista, a desconstrução deste é exigente e demanda um tempo e luta. Assim é necessário que se dê visibilidade e lutemos para que avancemos no conceito de que a proteção social é um direito social e uma bandeira para todos. Assim o embate tem que se fazer presente em todos os espaços e a luta tem que avançar neste sentido é fundamental a articulação com os diversos movimentos que comungam da mesma bandeira, assim torna-se possível ganhar força e visibilidade”.*

A **AS2** coloca a necessidade do enfrentamento das desigualdades e articulação com os movimentos que comungam da mesma luta, ressaltando a necessidade da articulação profissional com a bandeira das mulheres, para o reconhecimento dos direitos.

A segunda questão é dirigida a visão profissional sobre o público recorrente da política de assistência social que em sua maioria se constitui de mulheres.

**Questão 2)** Como você percebe a presença majoritariamente feminina como público usuário da política de assistência social (em recorte no CRAS), quais determinações são mais presentes nas demandas das usuárias que se manifestam na atuação profissional.

**AS1:** *“As mulheres são mais abertas a comunicação, a falar dos seus problemas, a criarem laços de ajuda e expandir sua rede de apoio”.*

**AS2:** *“A presença majoritariamente feminina, considerando as usuárias da Política, é ainda reflexo do modelo capitalista de dominação e exploração. Neste*

*modelo há um reforço a desigualdade, exploração e dominação que impacta os cidadãos”.*

A fala da **AS1** sobre a facilidade de as mulheres serem mais abertas a falarem de seus problemas e criarem laços de ajuda, reflete acerca do papel imposto socialmente as mulheres, de que as mesmas possuem uma sensibilidade e uma facilidade a recorrer a ajuda. Tornando-se responsável pela manutenção do lar, pelo controle da família, e conseqüentemente responsável por recorrer aos serviços socioassistenciais em busca de ajuda, fortalecendo assim a fala da **AS1** de que as mesmas expandem a sua rede de apoio. Tal fala pode ser complementada pela fala da **AS2** que coloca a procura majoritariamente feminina como reflexo do modelo capitalista, fruto da exploração e dominação, ao qual reforça a desigualdade e exploração.

***AS1:** Natural para mim elas repetirem esses padrões nos serviços públicos que oferecem espaços de participação, sejam eles os CRAS, Centros de Convivência, Unidades de Saúde, CREAS, grupos etc. As demandas são de todo tipo, fazendo o recorte para o CRAS as questões relacionadas a família são a maioria. Solicitação de intervenções que resultem no bem-estar de seu grupo familiar e das pessoas sob seus cuidados é o que desejam quando procuram os serviços de assistência.*

Novamente a fala da **AS1** retrata a responsabilização da mulher sobre a família, mesmo que de forma camuflada, atribuindo a ela o bem-estar, a manutenção e cuidado familiar. A **AS2** também pontua a responsabilização da mulher pela família em sua fala “O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família/PAIF- e o acompanhamento desenvolvido junto as famílias, assim como os demais serviços prestados no CRAS tem como principal demanda do acompanhamento a família cuja as mulheres são as principais responsáveis”.

A pontuação da **AS1** e **AS2** afirma tal responsabilização da mulher pela família. “Quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história” (SAFFIOTI heleieleth,1987, p.11). Reforça-se aqui a ideia que o agente principal responsável pelo bem-estar da família é a mulher.

A **AS2** pontuou as principais demandas recorrentes nos atendimentos realizados por ela no CRAS. A mesma coloca:

*“É perceptível tal fato na demanda presente apresentadas por elas: 1) Busca por benefícios: sejam eventuais ou de outra natureza, refletem a dificuldade do subemprego, da baixa remuneração e/ou exclusão no mercado de trabalho. O que comumente se dá devido ao estreitamento de vagas que exigem uma escolaridade e/ou qualificação que elas não tiveram possibilidade de adquirir, muitas vezes por cuidar precocemente de filhos ou irmãos, ou até mesmo por que não foram estimuladas a buscar sua emancipação, por haver o entendimento que isto não era necessário”.*

A pontuação da **AS2** sobre a procura por benefícios, sejam eles eventuais ou de outra natureza, evidência mais uma vez que o maior número de mulheres que vão de encontro ao serviço é de baixa renda ou desempregadas, na maioria das vezes dependentes de seus companheiros. Estas mulheres em sua maioria não puderam estudar, ou não tiveram condições de prosseguir os estudos, pois a condição de pobreza, exige que desde muito cedo, estas assumam trabalhos subalternos, para ajudar na renda familiar. Tal fato, reforça a desigualdade em termos de exploração e dominação, materializando a precarização da mulher no mundo do trabalho. Melo (2005, p. 34) retrata isto quando afirma:

[...] as mulheres estão concentradas em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menos presença sindical e mais expostas ao desemprego. Uma outra questão importante refere-se ao peso da execução de trabalho não remunerado, na qual a participação feminina é quase o dobro da masculina e reforça o caráter precário das ocupações femininas[...].

*“Vítimas de violência e negligência, embora a maioria dos casos sejam encaminhados ao CREAS, esta demanda é detectada inicialmente no CRAS. Muitas mulheres se submetem ou são submetidas a estas situações por não verem uma outra perspectiva, se mantendo nestas situações. Isto ainda pode refletir nas filhas ou filhos destas que repetem a história de seus antepassados”.*

A incidência de violência acometida a essas mulheres, se fazem presente nos atendimentos no CRAS, embora encaminhados para o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS), perpassam primeiramente no CRAS. Tal violência pode se caracterizar de diversas formas, abuso, impedimento, invasão, ofensa, agressão física, psíquica, mora, patrimonial, entre outros tipos de violências e caracteriza relações intersubjetivas e sociais, onde a vítima é intimidada e coagida pelo medo. Neste sentido torna-se necessário uma atuação profissional para além da aparência, as mulheres que recorrem aos serviços, benefícios ou programas, chegam sobrecarregadas, muitas vezes a demanda vai para além de um benefício em si, mas para isso é necessário que o profissional se faça atento para perceber e capturar possíveis indícios de violência.

“Participação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo(SCFV): no desenvolvimento de atividades é perceptível as experiências de dominação e submissão vivenciado pelas usuárias do serviço, bem como a necessidade de trabalho desta realidade. O SCFV apresenta-se como um importante espaço de empoderamento e troca de experiências, onde as usuárias através de suas histórias e a de suas colegas se abrem a reflexão e ampliam sua visão da realidade”.

O Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos se torna um espaço propício para se trabalhar questões referente a mulher, nestes espaços as mesmas costumam expor situações vivenciadas em seu cotidiano, como violência, submissão. Os grupos realizados na instituição abordam várias temáticas, esclarecendo e debatendo vários assuntos, onde as usuárias com os demais integrantes do grupo, trocam vivencias e experiências. A importância deste espaço para se tratar questões relacionadas a mulher como, direitos, a violência, o machismo, o empoderamento se torna fundamental pois através deste, muitas mulheres podem reconhecer suas situações e fragilidades, reconhecendo e tomando consciência de seus direitos, sendo ouvidas, e tornando explicito suas dúvidas e questionamentos.

A terceira pergunta do questionário abordou a necessidade de aprimoramento profissional para se tratar a questão da mulher dentro da instituição.

**Questão 3)** No exercício profissional em relação a questão de gênero, você, como profissional percebe alguma necessidade de aprimoramento profissional para se trabalhar a questão da mulher dentro da instituição?

**AS1** *“Sempre, as relações sociais, familiares e interpessoais que somos intimadas a intervir durante nossa prática profissional são dinâmicas, complexas e únicas. O papel da mulher em nossa sociedade atual é múltiplo, sem padrões e inovadores. Acompanhar esse cenário não é fácil, ter uma prática desprovida de qualquer tipo de preconceito e julgamento são exercícios diários para o profissional. A educação continuada do profissional em qualquer temática se faz necessária sempre, mas na questão de gênero se faz urgente.*

**AS2** *“Sim, mesmo tendo participado de curso de especialização que também abordou o tema, ainda sim avalio que há necessidade constante de atualização sobre a questão da mulher uma vez que a temática é ampla e multifacetada.*

As respostas foram unânimes, ambas as assistentes sociais veem a necessidade de aperfeiçoamento e aprimoramento profissional para se tratar a questão da mulher, tendo como a educação continuada uma necessidade que se faz urgente para os profissionais. A falta de capacitação profissional referente a temática da mulher se torna uma pauta a ser discutida, os profissionais acabam buscando conhecimento através da busca pessoal.

A quarta questão abordou sobre a dificuldade dos profissionais em efetivar os direitos das mulheres, em consonância para a criação e execução de Políticas para mulheres.

**Questão 4)** Enquanto profissional, qual a maior dificuldade que você percebe para se trabalhar a questão da mulher, levando em consideração as dificuldades de efetivação das políticas públicas e a luta para se efetivar o Plano Nacional de Política para as Mulheres.

**AS1** *“Uma mulher não existe só, por trás dela e em volta dela existe uma família que se constitui. Falando no sentido mais amplo da definição de família. E diferente*

*do homem que quando demanda o ajuda , consegue todo um suporte (muitas vezes proporcionado pelas mulheres de sua vida) a mulher precisa de conseguir essa ajuda ainda enquanto cuidado/ajuda outras pessoas que dependem dela. A maior dificuldade é essa, por ser colocada no papel de cuidadoras ao longo de nossa história, a acessibilidade muitas vezes é negada a essas mulheres”.*

**AS2** *“Nos municípios do interior são muito tímidas as ações e políticas voltas para as mulheres, efetivamente não há uma política voltada para este público. Há uma falta de aparatos que dê suporte para a mulher que sofrem as mais diversas formas de opressão e violência, o que dificulta a sua emancipação. Em nosso município a anos o Conselho da Mulher está desativados, havendo uma carência de um espaço de articulação para estruturação de uma Política para as mulheres. Apesar deste cenário desafiador os serviços constituem-se em espaço de articulação e empoderamento das mulheres que mesmo de forma tímida caminha para emancipação das mulheres”*

As falas das assistentes sociais são distintas, a **AS1** coloca a dificuldade de se trabalhar os direitos da mulher, devido a mesma está ligada a manutenção não somente da própria vida, mas aos seus dependentes, ela coloca que trabalhar o direito da mulher, vai para além da sua própria questão, mas das determinações a ela intrínseca. Sendo assim a mulher abre mão muitas vezes de recorrer aos seus direitos para manter aqueles que estão sobre sua responsabilidade.

A **AS2** pontua os limites das ações e políticas voltadas para as mulheres no município, se tratando de uma cidade do interior, destacando a falta de aparatos que dê suporte para o enfrentamento das mais diversas formas de opressão e violência a mulher. A mesma traz como exemplo o município de Ouro Branco em que há anos o Conselho da Mulher se encontra desativado, conseqüentemente como coloca a **AS2** *“havendo uma carência de um espaço de articulação para estruturação de uma Política para as mulheres”*, já que os conselhos gestores de políticas públicas são os espaços de ação entre o Estado e a sociedade civil, cuja função é formular, controlar e executar as políticas públicas setoriais.

O que se percebe nas duas fala é uma dualidade de pensamentos que ao mesmo tempo se encontram articulados, no decorrer da pesquisa a forte responsabilização da mulher pela família, pelos seus dependentes se expressou como um dos motivos da dificuldade de enfrentamento da questão da mulher em seus diversos âmbitos, seja na efetivação de direitos, na dependência, na procura pelos serviços ou na violência, tal expressão se encontra articulada com o debate. Não obstante, a falta de estrutura e de políticas voltadas para a mulher no município agravam ainda mais o processo da *“tímida caminha para emancipação das mulheres”*.

Analisaremos também o questionário que foi direcionado para a Orientadora Social do CRAS que atua juntamente com as assistentes sociais. As questões elaboradas foram voltadas para a atuação profissional, principalmente no que se refere ao SCFV, em que a mesma atua. A primeira questão abordou acerca da percepção da presença majoritária das mulheres na procura dos serviços ofertados no CRAS.

**Questão 1)** O (a) orientador social deve recepcionar e ofertar informações às famílias dos usuários do programa. Além de mediar processos grupais, que são próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, através destas atividades como você percebe a presença majoritária de mulheres na procura dos serviços que são oferecidos no CRAS.

**OS1** *“A mulher ainda possui um papel, delineado historicamente, dentro dos seus lares e da sociedade. Em muitos casos, carrega o peso de vivenciar violência doméstica, relacionamentos abusivos, dificuldades financeiras, desemprego, alcoolismo e uso de drogas por parte dos companheiros ou filhos, além de, na maioria das vezes, tomar a frente na educação dos filhos. A maior parte das mulheres que buscam o SCFV do CRAS de Ouro Branco vem por demanda espontânea, buscando alguma coisa para “distrair a cabeça” ou precisando “sair um pouco de casa”, utilizando o serviço como válvula de escape das suas situações vividas cotidianamente. Outra parte de mulheres busca o serviço, atraídas pela oficina de dança e artesanato, que pretendem fazer por recomendação médica, o que reforça que a mulher se preocupa muita mais que homens com cuidados à saúde”*.

Ao ser questionada sobre a sua percepção acerca da presença majoritária de mulheres que recorrem aos serviços ofertados no CRAS a **OS1** coloca que as mulheres procuram o serviço em sua maioria por demanda espontânea, buscando fora do lar uma distração para se ocuparem, utilizando o serviço como uma válvula de escape, o SCFV torna-se para essas mulheres uma saída para a sua notória ocupação doméstica, como vimos do decorrer da pesquisa, este espaço é constituído majoritariamente por mulheres, naturalizado como um espaço feminino. Sendo assim justifica-se que a presença das mulheres em sua maioria é devido a ocupação das mesmas no serviço considerado não-trabalho, atribuído historicamente as mulheres, mantenedoras do lar e da ordem da família. Grande parte destas mulheres não possuem uma ocupação profissional, mas desempenham trabalhos informais, quando os desempenham, o que reflete na procura pelos grupos e atividades desenvolvidos na instituição.

A **OS1** destaca que essas mulheres chegam no CRAS permeadas por questões vivenciadas em seus cotidianos, como a violência doméstica, relacionamentos abusivos, dificuldades financeiras, desemprego, e problemas familiares, seja com os filhos ou com os companheiros. O SCFV sendo integrante do conjunto de serviços do SUAS, juntamente com o PAIF, oferece à usuários e a população que em sua vivência estão em situação de vulnerabilidade social, oportunidade de reflexão acerca das questões as quais são vivenciadas pelos mesmos em seu cotidiano e estratégias para que seus ativos sejam potencializados. Sendo assim, estes espaços se tornam propícios para a percepção e compreensão da realidade vivenciada pelas usuárias e um campo para articulação entre o serviço, ao qual a orientadora social pode perceber uma determinada demanda de uma usuária ou uma violação de direito e direcionar para a assistente social para o devido atendimento e encaminhamento da mesma.

A segunda questão abordou a atividade constituinte do perfil do Orientador Social ou Educador Social no desenvolvimento das atividades e instrumentais, e a importâncias de estas serem voltadas à questão de gênero, de se trabalhar a questão da mulher.

**Questão 2)** Sendo como atividade constituinte do perfil do Orientador Social ou Educador Social, com uma seguinte funções: desenvolver atividades instrumentais e

registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; como você vê a importância de se desenvolver atividades voltadas a questão de gênero, de se trabalhar a questão da mulher nos seus diversos âmbitos para a promoção do debate acerca dos direitos e na promoção do enfrentamento das desigualdades e da violência cometidas por um grande contingente de mulheres que fazem uso do serviço?

**OS1** *“Boa parte das mulheres que buscam o SCFV do CRAS de Ouro Branco demonstra um desconhecimento acerca de direitos e leis de proteção à mulher. O machismo, muito presente nas famílias, ainda está enraizado no comportamento das usuárias, que descrevem situações em que são inferiorizadas e violentadas em vários sentidos por parte de indivíduos de sexo masculino, acreditando ser um comportamento natural de ambos os sexos. Daí se justifica a importância de se trabalhar com as mulheres que buscam o serviço temas como: enfrentamento da violência doméstica, lei Maria da penha, rede de apoio e proteção às mulheres, papel social da mulher nas famílias e sociedade atual, aumento de autonomia e autoestima, entre outros”.*

A **OS1** menciona a descrição das usuárias acerca das situações por elas vivenciadas, em que o machismo se torna frequente nas falas apresentadas por estas mulheres. Apesar destas mulheres demonstrarem um certo conhecimento acerca dos direitos e leis de proteção a mulher, a **OS1** afirma a importância de se trabalhar com as mulheres as questões relacionadas ao tema.

As usuárias descrevem situações em que são inferiorizadas e violentadas em vários sentidos pelo sexo masculino, acreditando ser algo natural. Essa descrição demonstra de maneira mais geral, quando um homem pratica a violência contra uma mulher, o mesmo deseja submetê-la as suas vontades, para tal ato se utiliza de agressões de variadas formas, entre elas, físicas, morais, psicológicas, patrimonial, etc. (TELES E MELLO, 2002). Essa violência manifestada das mais variadas formas é naturalizada pelas próprias mulheres, que pela submissão, acabam acreditando que tais ocorrências não passam de situações corriqueiras do cotidiano. Entretanto

compreende-se a violência contra a mulher como resultado das desigualdades de gênero, tornando-se necessário como apresentou a **OS1**, trabalhar tais questões nos espaços sócio ocupacionais.

O trabalho do Orientador Social no CRAS se encontra articulado com o trabalho da equipe técnica que compõe a instituição, no desenvolvimento das atividades e registro das demandas dos (as) usuários, sendo assim:

**Questão 4)** Constituindo-se função do(a) orientador social, apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; qual a importância de o(a) orientador social atuar juntamente com a equipe técnica do CRAS para atender as necessidades das usuárias e capturar as demandas que surgem a partir da realidade destas mulheres levando em consideração que a maioria das mulheres são pobres, de baixo grau de escolaridade?

**OS1** *“Algumas situações são trazidas a mim por parte das mulheres, principalmente pela temática trabalhada nos grupos que dão a elas coragem para buscar ajuda para situações vivenciadas além de, muitas vezes, se sentirem confortáveis para expor alguma situação pela proximidade entre orientador social e usuário. Logo, é fácil perceber a importância do trabalho em equipe e de reuniões periódicas entre profissionais que atuam no CRAS, buscado a melhor assistência às participantes do serviço”.*

Tendo como um dos seus objetivos o acesso às informações acerca dos direitos, a participação, o desenvolvimento do protagonismo dos usuários o SCVF abre espaço para a procura de ajuda para as situações vivenciadas, propiciando trocas de experiências que levam as mulheres a se sentirem confortáveis para recorrer a ajuda, através do estreitamento da relação entre usuária e orientador (a) social. A **OS1** reforça a importância do trabalho em equipe e de reuniões periódicas entre os profissionais que atuam no CRAS, possibilitando a discussão acerca das demandas usuárias, para identificar e atende-las de acordo com as necessidades das mesmas. Contudo cabe ressaltar que o SCVF deve estar articulado à rede de serviços

socioassistenciais, o que possibilita que os (as) usuárias sejam atendidos de maneira eficaz, constituindo uma rede de proteção através desta articulação.

**Questão 5)** Durante as oficinas como você percebe o debate e a participação/interação dos usuários homens e mulheres, quando se refere ao tema voltado para a questão da mulher, e como você percebe a necessidade de se trabalhar mais temas voltados a mulher (violência, leis, direitos, questão de gênero, discriminação, etc.), tendo em vista que esse espaço propicia o empoderamento e a explanação de informações para os(as) usuários.

**OS1** *“Através dos debates propostos os usuários têm a liberdade de expor a sua forma de pensar, situações vividas e escutar os demais. A cada encontro que trabalhamos um tema voltado para a mulher, é possível perceber que muitas das vezes as mulheres são vítimas do seu próprio machismo, acreditando ser essa a única forma de relação entre homens e mulheres. Além de debater o machismo e a violência, nas reuniões são trazidos temas como discriminação, preconceito, direitos dos cidadãos, valorização da vida, entre outros. Nessas oportunidades os usuários do serviço encontram espaço para se informar, desabafar, ensinar e aprender, além de fortalecerem vínculos comunitários e promover a convivência. Sendo assim, é de suma importância que tais temas sejam sempre levantados, levando em consideração o interesse e a demanda daquela comunidade”.*

A **OS1** coloca que esse espaço é propício para tais debates, onde os usuários (as) tem a liberdade de expor suas opiniões compartilhando suas vivências, quando se é trabalhado a temática voltada para a mulher. O SCFV se constituindo um serviço voltado para o atendimento dos membros da família que estejam vivenciando situações de vulnerabilidade torna-se um espaço de valorização da mulher juntamente com a família e os demais usuários, fortalecendo vínculos comunitários, explanando direitos e articulando debates.

Em suma, diante das respostas fornecidas através dos questionários, nota-se que os profissionais percebem a necessidade de trabalhar a temática de gênero, que se faz necessária e urgentes. Os profissionais de Serviço Social juntamente com os profissionais que atuam no CRAS, percebem que o campo da assistência social é

delineado por desafios e limites no que tange a efetivação dos direitos sociais. A percepção da importância de reconhecer a questão de gênero intrínseca a profissão e ao público recorrente da política de assistência social, abre a possibilidade de uma atuação desprovida de qualquer preconceito moral, desmistificando o assistencialismo e buscando melhorias no atendimento as mulheres através da relativa autonomia para o fazer profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o referido estudo sobre o desenvolvimento das Políticas Públicas em recorte a trajetória da Política de Assistência Social em consonância com a questão do gênero e a atuação profissional do Assistente Social juntamente com os profissionais do CRAS, pudemos apreender algumas constatações acerca desta análise.

Importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988 foi o marco para a Assistência Social, quando se tornou política pública, se constituindo direito de todos e dever do Estado, juntamente com a Saúde e Previdência. Resultado de diversos movimentos sociais da época e reivindicações da classe trabalhadora em busca de seus direitos enquanto cidadãos.

Sendo assim, análise da profissão de Serviço Social que tem em sua gênese o assistencialismo e benevolência, demarcado pela presença das mulheres como benfeitoras das ações sociais, torna-se de suma importância para o rompimento de quaisquer ações conservadoras, para uma continuada superação das desigualdades sociais.

Ao se tratar a história da mulher na sociedade, dos papéis socialmente impostos a elas, com resquícios de uma sociedade patriarcal, marcada pela divisão sexual do trabalho, machista e exploradora, pudemos compreender acerca da realidade vivenciada hoje por um contingente de mulheres que recorrem a Assistência Social, devido as múltiplas expressões da questão social que são manifestas em suas vidas.

Entender tal realidade se faz necessário para que as ações profissionais sejam voltadas para além do fenômeno da aparência. A ação profissional deve ser isenta de qualquer preconceito, julgamento moral, ou culpabilização das usuárias, por isso torna-se necessário que os profissionais que atuam na Assistência Social tenham conhecimento sobre a questão de gênero, um entendimento sobre o patriarcado,

divisão sexual do trabalho e racismo, a fim de superar qualquer ação discriminatória e culpabilização do individual mediante a sua realidade.

Apesar de tantos desafios que se fazem presente na atuação profissional, percebemos o constante esforço para uma prática profissional, tendo como norteador o projeto ético político da profissional. Garantindo o acesso aos direitos e a promoção da cidadania. Utilizando-se dos espaços sócio ocupacionais para promover a participação social, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e empoderamento das mulheres. Trabalhando de forma articulada no enfrentamento as múltiplas expressões da questão social manifestas das demandas das usuárias. Sendo assim, a formação continuada se faz necessária e urgente para se atender as demandas postas aos profissionais da Assistência Social para se trabalhar a questão da mulher.

As mulheres estão cada vez mais ganhando espaço na sociedade, mas os empasses colocados pela sociedade, pautado no modelo capitalista ainda é um enfrentamento cotidiano, de um contingente de mulheres que ainda se encontram subalternizadas e exploradas.

Baseado no patriarcado e na divisão de classes os limites impostos para os enfrentamentos diante das questões voltadas as mulheres ainda são evidentes, há de um dia rompermos com todas as amarras sociais, onde as mulheres viverão livres, sem julgamentos e opressões, onde seus direitos serão assegurados de forma concreta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPOCS, L. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informações, Coordenação de Publicações, p.28. Rio de Janeiro: Vértice, 1990. p.3-41BRASIL

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo,1999.

ARY, ZAÍRA. **Feminino e masculino no imaginário católico**: da Ação Católica à Teologia da Libertação. São Paulo: Fortaleza: 2000.

BARROCO. **Ética; Fundamentos Sócio-históricos**. São Paulo,2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2. ed. Atual e ampl. Brasília: INB, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2º. ed. Brasília: UNB, 2003.

BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social fundamentos e história**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Brasil. IBGE. **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>> acesso em 20 jan.2018.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e Serviço social no capitalismo**: fundamentos sócio-históricos. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2.ed. São Paulo: Outras Expressões,2015.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. **A Política de Assistência Social e o SUAS**: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. Em: COUTO, Berenice Rojas et AL. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? 3.ed. São Paulo: Cortez,2008.

ENGELS, Friedrich. **O problema camponês na França e na Alemanha**. São Paulo: Brasiliense. 1981.

**Governabilidade Democrática de Gênero em America Latina y el Caribe.** Brasília: CEPAL, SPM, 2005.

GEHLEN, Vitória R. F.; GEHLEN, Lara Mileti. **Política social, gênero e saúde. Trabalho apresentado no IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Goiânia:** CFESS/ABEPSS, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho, questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo.** Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico/metodológico.** São Paulo: Cortez/CELATS, 10ª edição, 1995.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política.** V.1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MDS – **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social.** Brasília, 2004.

MDS – **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Brasília, 2006.

MELO, Hildete Pereira. **Gênero e pobreza no Brasil: relatório final do Projeto.** 2015

MELO, Hildete Pereira. **Gênero e pobreza no Brasil: relatório final do Projeto.** 2005

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2007.

MORONI, Irma. **Assistência Social, avaliando os 10 anos da LOAS.** Fortaleza: 2003. [não publicado].

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NIKITIN, P. **Economia política**. Moscou: Linguas Extranjeiras, s.d.

PEREIRA, V. T. **A Psicologia no mundo da vida**: representações sociais sobre os(as) usuários(as) do CRAS. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: (2013).

PEREIRA, POTYARA A. P. “**A assistência social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada; pela PNAS e pelo SUAS.**” In: Ser Social. Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, n. 20. Brasília, UnB, 2007. p. 63-83.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H.I.B; ALMEIDA, S. de S. **Violência de Gênero. Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, H.I.B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H.I.B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, Cap. II, 2001.

TELLES, M. A.; MELLO, M. **O que é violência contra a mulher**. 1. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

TORRES, Iraildes caldas. **As primeiras-Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. **Seguridade Social e Combate à Pobreza no Brasil**: o papel dos benefícios não contributivos. In Proteção Social: Dilemas e Desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.

VELOSO, Renato. **No Caminho De Uma Reflexão sobre Serviço Social e Gênero**. In: Revista Praia Vermelha. Estudo de Política E Teoria Social. V.2, n4. Rio de janeiro: URFJ, 2001.

VIANNA, maria Lúcia Teixeira Werneck. **A emergente temática da política social na bibliografia brasileira**. In: Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais. YAZBEK, Maria carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 6. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Questão Social: Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade**. In: IEE. Curso de Capacitação de Gestores Sociais. São Paulo: IEE, 2008.

## ANEXO 1 – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

### Dados do Questionado

**Nome:**

**Universidade/ Faculdade onde se formou:**

**Gênero:**

**Escolaridade/ Pós-graduação/ Especialização/Mestrado:**

**Estado Civil:**

**Ocupação profissional no CRAS:**

**Tempo de ocupação profissional no CRAS:**

1. De acordo com a construção sócio histórica da profissão de Serviço Social em relação ao papel da mulher dentro da Política de Assistência Social, quais as implicações que surgem na atividade profissional em decorrência da profissão ainda se constituir massivamente por mulheres? Para você como é o enfrentamento para a desmistificação da profissão considerada “feminina” nos dias atuais?
2. Como você percebe a presença majoritariamente feminina como público usuário da política de assistência social (em recorte no CRAS), e quais determinações são mais presentes nas demandas das usuárias que se manifestam na atuação profissional?
3. No exercício profissional em relação a questão de gênero, você, como profissional percebe alguma necessidade de aprimoramento profissional para se trabalhar a questão da mulher dentro da instituição?
4. Enquanto profissional, qual a maior dificuldade que você percebe para se trabalhar a questão da mulher, levando em consideração as dificuldades de efetivação das políticas públicas e a luta para se efetivar o Plano Nacional de Política para as Mulheres?

## ANEXO 2 – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

### Dados do Questionado

**Nome:**

**Universidade/ Faculdade onde se formou:**

**Gênero:**

**Escolaridade/ Pós-graduação/ Especialização/Mestrado:**

**Estado Civil:**

**Ocupação profissional no CRAS:**

**Tempo de ocupação profissional no CRAS:**

1. O (a) orientador social deve recepcionar e ofertar informações às famílias dos usuários do programa. Além de mediar processos grupais, que são próprios dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, através destas atividades como você percebe a presença majoritária de mulheres na procura dos serviços que são oferecidos no CRAS?

2. Sendo como atividade constituinte do perfil do Orientador Social ou Educador Social, com uma seguinte funções: desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; como você vê a importância de se desenvolver atividades voltadas a questão de gênero, de se trabalhar a questão da mulher nos seus diversos âmbitos para a promoção do debate acerca dos direitos e na promoção do enfrentamento das desigualdades e da violência cometidas por um grande contingente de mulheres que fazem uso do serviço?

3. Através do desenvolvimento das atividades no CRAS, quais implicações (da realidade vivida por essas mulheres, violência, agressão, subordinação ao homem/ conjugue/companheiro, violação de direitos, entre outros) ficam mais evidentes

através da exposição da realidade ao qual as mesmas colocam no decorrer dos debates realizados no CRAS?

**4.** Constituindo-se função do(a) orientador social, apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; qual a importância de o(a) orientador social atuar juntamente com a equipe técnica do CRAS para atender as necessidades das usuárias e capturar as demandas que surgem a partir da realidade destas mulheres levando em consideração que a maioria das mulheres são pobres, de baixo grau de escolaridade?

**5.** Durante as oficinas como você percebe o debate e a participação/interação dos usuários homens e mulheres, quando se refere ao tema voltado para a questão da mulher? Você percebe a necessidade de se trabalhar mais temas voltados a mulher (violência, leis, direitos, questão de gênero, discriminação, etc.), tendo em vista que esse espaço propicia o empoderamento e a explanação de informações para os(as) usuários?

### **ANEXO 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) A atuação do assistente social na política de assistência social no trato da questão de gênero: um estudo no município de Ouro Branco-MG por Grazielle Alves de Paula. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por Jussara Lopes, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (31) 9171 7380 ou e-mail jussara3001@yahoo.com.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada ou questionário a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Mariana, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) pesquisador(a): \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) testemunha(a): \_\_\_\_\_